



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XII
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

JUSCELIA SANTOS XAVIER
LUCIANA MOREIRA PRADO

GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA
CIDADE DE GUANAMBI - BA.

GUANAMBI – BA

2012

**JUSCÉLIA SANTOS XAVIER
LUCIANA MOREIRA PRADO**

**GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA
CIDADE DE GUANAMBI-BA.**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, campus XII, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Administração.

Professor orientador: Esp. Marcelo Neves Costa.

Professor de TCC: M.Sc Carlos Fernando Faria Leite.

GUANAMBI - BA

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaboração: Sistema de Biblioteca da UNEB

Bibliotecária: Maria das Mercês Valverde – CRB 5/1109

Xavier, Juscelia Santos

Gestão de políticas públicas: um estudo sobre o Programa Bolsa Família na cidade de Guanambi-BA. / Juscelia Santos Xavier, Luciana Moreira Prado. – Guanambi, 2012. 68 f.

Orientador: Marcelo Neves Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus XII. 2012.

Contém referências e anexos

1. Programa Bolsa Família (Brasil) - Avaliação. 2. Programas de sustentação de renda. 3. Política social - Guanambi (BA). 4. Pobreza - Guanambi (BA). I. Costa, Marcelo Neves. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus XII.

CDD: 362.582

**JUSCÉLIA SANTOS XAVIER
LUCIANA MOREIRA PRADO**

**GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA
CIDADE DE GUANAMBI - BA.**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Campus XII como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração. Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA / COMISSÃO AVALIADORA

Prof. Adm. Marcelo Neves Costa
Universidade do Estado da Bahia

Prof. Bel. Adir Pinheiro Júnior.
Universidade do Estado da Bahia

M.Sc. Euclides Santos Bittencourt
Universidade do Estado da Bahia

A nossa família, pelo apoio e compreensão de modo tão espontâneo durante a elaboração deste trabalho, bem como ao longo do curso de graduação. À Dorivaldo Fernandes e Julita Borges, pais e amores da minha vida que sempre me apoiaram em qualquer decisão. À Alana Gonçalves Fernandes, prima e irmã a quem devo muito. A Adaltiva Santos, irmã, companheira que sempre me auxiliou durante essa jornada, um presente de Deus. De forma carinhosa, Viviane Souza, companheira de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, criador de todas as coisas, a quem tudo devemos.

Ao nosso orientador Marcelo Neves que nos auxiliou neste trabalho com muito carinho e dedicação.

Ao professor da disciplina de TCC Fernando Leite, nossos sinceros agradecimentos.

A UNEB Campus XII pela contribuição na construção do nosso conhecimento durante todo o período de permanência na instituição.

A Alana Gonçalves Fernandes que teve tempo e dedicação a ouvir-nos e ajudar-nos no intuito de desenvolvermos um excelente trabalho de conclusão do curso.

A todos que direto ou indiretamente nos proporcionou obter conhecimento e informação no desenvolvimento da nossa monografia.

Aos colegas de curso, companheiros de jornada, em especial a Douglas Santos, nossos sinceros agradecimentos pela paciência e amizade.

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê. (Arthur Schopenhauer).

RESUMO

Este trabalho monográfico traz como tema Gestão de Políticas Públicas: um estudo exploratório sobre o Programa Bolsa Família na cidade de Guanambi - BA dentro de uma perspectiva metodológica de caráter exploratório que buscou com uma análise qualitativa dos dados investigar os impactos do Programa Bolsa Família sobre a mudança de vida junto às famílias beneficiadas no município de Guanambi, tentando identificar de que forma os recursos do Programa estão sendo utilizados pelos beneficiários e verificando as percepções dos mesmos sobre a melhoria das condições de vida depois da adesão ao programa. O Programa Bolsa Família (PBF) é uma política pública que visa melhorar a qualidade de vida da população pertencente à parcela classificada como extremamente pobre, em troca da assistência prestada, os beneficiários precisam de uma contrapartida – ações que irão proporcionar às famílias beneficiadas, uma melhora significativa na sua qualidade de vida reduzindo os efeitos e o índice de pobreza. A pesquisa foi realizada através da aplicação do questionário a 50 beneficiários, tendo como objetivo analisar se as famílias que recebem o subsídio federal apresentaram melhoras na qualidade de vida após o início do programa. Como resultado, foi possível identificar que o Programa Bolsa Família vem surtindo efeito para a população pobre, melhorando a qualidade de vida e diminuindo o índice de pobreza das famílias pesquisadas desde a implantação do programa.

Palavras Chave: Bolsa Família. Guanambi. Pobreza. Qualidade de vida.

ABSTRACT

This monograph brings the theme management policies: An exploratory study of the Bolsa Família Program in the city of Guanambi - BA withing an exploratory methodological perspective that sought a qualitative date analysis to investigate the impact of Bolsa Família on change living with families in the county benefited from Guanambi, trying to identify how resources are being used by program beneficiaries and checking the perceptions thereof on improving living conditions after joining the program. The Bolsa Família Program (BFP) is a public politic that seeks to improve the quality of life of the population belonging to the portion classified as extremely poor, in exchange for assistance, beneficiaries need a hand - actions that will provide benefit to families, a significant improvement in their quality of life and reducing the effects of poverty index. The survey was conducted by applying the questionnaire to 50 beneficiaries, to analyze whether the families who receive the federal subsidy showed improvements in quality of life after the program began. As a result, we found that the Bolsa Família Program is having an effect on the poor, improving the quality of life and reducing the poverty rate of households surveyed since the implementation of the program.

Keywords: Bolsa Familia. Guanambi. Poverty. Quality of life.

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO - Cadastro Único
CCCI - Comissão de Coordenação de Controle Interno
CEF - Caixa Econômica Federal
CGU - Controladoria Geral da União
FTC - Faculdade de Tecnologia e Ciências
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IDF - Índice de Desenvolvimento Familiar
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IGD - Índice de Gestão Descentralizada
IFET - Instituto Federal de Educação e Tecnologia
IPEA - Instituto de Pesquisa Espacial Aplicada
LOAS - Lei orgânica de assistência social
MDS - Ministério de desenvolvimento Social e combate à Fome
ONU - Organização das Nações Unidas
PAG - Programa Auxílio Gás
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PBA - Programa Bolsa Alimentação
PBE - Programa Nacional de Renda Mínima Bolsa Escola
PBF - Programa Bolsa Família
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD - Programa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAGE - Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão
SAGI - Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Problemática.....	13
1.2 Objetivo Geral.....	14
1.2.1 Objetivos Específicos	14
1.3 Justificativa.....	14
2 OS IMPACTOS DA POBREZA NA SOCIEDADE ATUAL	16
2.1 A Influência Cultural para um Brasil Desigual.....	16
3 GESTÃO PÚBLICA	21
3.1 As Novas Perspectivas da Gestão Pública.....	21
3.2 Desenvolvimento Social	22
3.3 Políticas Sociais	24
3.4 Políticas de Assistência Social	25
3.4.1 Sistema Único de Assistência Social – SUAS	27
3.5 Monitoramento e Avaliação das Políticas de Assistência Social	28
3.5.1 Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação – SAGI.....	30
3.5.2 Índice de Desenvolvimento Humano	30
3.5.3 Índice de Gestão Descentralizada – IGD	31
3.5.4 Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF.....	31
3.6 As Políticas de Transferência de Renda: motivações e critérios	32
3.7 Município de Guanambi.....	37
4 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO EM ESTUDO	40
4.1 O Programa Bolsa Família.....	40
4.1.2 Mudanças na vida dos Beneficiários.....	44
5 METODOLOGIA	46
5.1 Caracterização da Pesquisa	46
5.2 Técnicas de Coletas de Dados.....	47
5.3 Estratégia de Análise de Tratamento de Dados	47
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
8 REFERÊNCIAS	61
ANEXO – Entrevista das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no município de Guanambi/BA	
APENDICE A - Questionário do Programa Bolsa Família do Município de Guanambi - BA aplicado na Ação Social, órgão responsável pela gestão do Programa Bolsa Família	

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um assunto global de total relevância, assim surge a necessidade da implantação de programas sociais que possibilitem erradicar esse problema. Neste cenário, os programas de políticas públicas do Brasil tem sido exemplo para diversos países, que tem visto com bons olhos as políticas de erradicação da pobreza. Destaca-se entre os programas adotados, o Programa Bolsa Família (PBF), que será tratado nesse trabalho. Ele é visto como esquema antipobreza inventado na América Latina, sendo um dos principais programas de combate á desigualdade social do mundo.

O problema da desigualdade social no mundo, o qual ser perpetua desde a antiguidade, foi acentuado pela Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, no século XVIII. O êxodo rural deu início às grandes metrópoles, associadas às condições miseráveis dos trabalhadores nas fábricas e à má distribuição de renda. Na tentativa melhorar o problema da pobreza extrema pobreza que assola milhões de pessoas no Brasil, fez-se necessário a criação de políticas assistencialistas que viabilizassem a redução das diferenças sociais e econômicas que assola milhões de brasileiros.

Neste sentido a má distribuição de renda, embora se concentre em maior escala nos países latinos, africanos e asiáticos, não é característica só dos países subdesenvolvidos, a desigualdade social ainda hoje é o foco das diversas organizações das nações do mundo, onde todos procuram discutir ações que amenizam essa realidade.

Contudo, a população brasileira ainda apresenta enorme desigualdade social, gerando preocupação social, econômica e política. A questão vem sendo tratada com zelo pelos governantes do país, a exemplo da implantação do programa de renda mínima, em benefício de famílias pobres ou em extrema pobreza. Tal programa integra-se ao fome zero, cujo principal objetivo é assegurar o direito à alimentação adequada.

Entre os programas sociais governamentais, encontram-se aqueles que visam dar suporte aos domicílios que possuem pessoas com rendimentos mais baixos por meio de transferência em dinheiro.. São exemplos disso o Programa Bolsa-Família, o Benefício Assistencial de Prestação Continuada e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Um estudo realizado constatou que devido suas raízes históricas de pobreza e escravidão, as principais regiões brasileiras assistidas pelo PBF são a Norte e Nordeste, onde uma importante parcela da população está imersa de uma forma agressiva na miséria, que perpetua de geração em geração, destacado também pelo clima semiárido. Ela é ainda mais ampla nos estados de Alagoas, Piauí, Maranhão e Ceará.

Ao analisar sua origem, verifica-se que o programa Bolsa Família constitui-se na unificação e ampliação de outros programas já existentes como o auxílio gás, bolsa escola e o cartão alimentação, que se transformou na junção de todos os benefícios em um só programa e viabilizou uma melhor organização no acesso ao benefício. O acesso corre através de cadastramento e tem administração centralizada no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, o que, segundo seus idealizadores, facilita a eficiência administrativa e a fiscalização do funcionamento do programa.

Mediante o exposto, a cidade de Guanambi possui atualmente 78.833 habitantes, sendo 10.381 famílias cadastradas no PBF em 2012, foi escolhida como objeto de estudo devido sua localização no sudoeste baiano, como também apresenta uma economia predominantemente agrícola e comercial e um desenvolvimento satisfatório em relação aos outros municípios vizinhos.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2011, as famílias que devem participar do PBF são aquelas que apresentam uma renda mensal por pessoa entre (R\$ 70,00 e R\$ 140,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00). Está implementado em 100% dos municípios do país e atende 67,1% das famílias pobres.

Nesta perspectiva, este trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa no intuito de identificar os impactos do Programa Bolsa Família e suas contribuições para as famílias beneficiadas do município de Guanambi, como também diagnosticar as principais ações realizadas pelo município para implementação do programa Bolsa Família; conhecer os perfis sociais dos cidadãos guanambienses beneficiadas pelo programa através do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Índice de Gestão Descentralizada - IDG e Índice de Desenvolvimento Familiar IDF; e como o mesmo tem colaborado ao acesso a alimentação básica com destaque a assistência educacional e a saúde ao público de baixa renda.

A fim de cumprir o objetivo proposto acima, o presente texto está assim organizado: Gestão Pública; Políticas de Assistência Social; Monitoramento e Avaliação do PBF e seus impactos para as famílias locais pela ótica do gestor municipal e do usuário; Metodologia de análise da Pesquisa; Caracterização do objeto de estudo; Análise dos dados e por fim, as Considerações Finais.

1.1 Problemática

A cidade de Guanambi está inserida em sua maior parte numa economia comercial e agrícola, com isso, buscou - se identificar quais os perfis dos cidadãos que fazem parte do PBF, através do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Índice de Gestão Descentralizada - IDG e Índice de Desenvolvimento Familiar IDF, segundo o MDS, são famílias que possui um rendimento médio até de R\$70, 00 por pessoa, são os considerados extremamente pobres, e as famílias que recebem entre 70,00 e 140,00 por pessoas, são considerados pobres.

Através do Sistema Único de Assistência Social que funciona e avalia as famílias quem se encontram em condições precárias de vida, houve uma necessidade de avaliar a população inseridas nos grupos de maior vulnerabilidade, identificando como a chegada de políticas assistencialistas diminuiu essa realidade incômoda.

A atual pesquisa mostra - se detentora de um amplo e complexo questionamento acerca das políticas públicas e os impactos que os programas de assistência social como o programa Bolsa Família vem acarretando na vida das pessoas que precisam da assistência do governo para melhoraram sua qualidade de vida.

Classifica - se como de extrema importância para a sociedade em todos os seus aspectos, sociais, econômicos e acadêmicos. Aborda todos os fatores que viabilizam o processo de transferência de renda proporcionando melhores condições de vida à população. Além disso, indaga - se os órgãos responsáveis pela transferência dos benefícios, como também os perfis dos beneficiários e os programas que estão sendo implantados para dá maior suporte as pessoas em vulnerabilidade.

No intuito de identificar é promover melhores esclarecimentos sobre esses questionamentos, bem como os impactos e as contribuições do programa Bolsa Família beneficiadas do município de Guanambi formulou - se o seguinte questionamento:

Quais as influências do Programa Bolsa Família na melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários na cidade de Guanambi? Quais os impactos dessas ações?

1.2 Objetivo Geral

Diagnosticar as influências e impactos do Programa “Bolsa Família” na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do município de Guanambi.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Diagnosticar as principais ações realizadas pelo município de Guanambi para implementação do programa bolsa família;
- Levantar os perfis sociais dos cidadãos guanambienses beneficiadas pelo programa através do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Índice de Gestão Descentralizada - IDG e Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF;
- Identificar os impactos das ações do Programa Bolsa Família para os beneficiários do programa.

1.3 Justificativa

O presente trabalho objetiva conhecer as principais mudanças ocorridas na vida da população em situação de vulnerabilidade social a partir da inclusão no Programa Bolsa Família, como também os esforços dos gestores públicos em promover uma sociedade mais igualitária. Portanto, foi necessário um estudo abrangente sobre o programa Bolsa Família e seus impactos na vida da comunidade local de Guanambi – BA.

Os referenciais da pesquisa permitem descobrir como se desenvolveu as atuais políticas públicas de transferência de renda. Pode trazer, ainda, para a sociedade e todos os envolvidos, uma noção acerca dos aspectos (sociais, políticos e econômicos). Também nos informa através do Índice de Desenvolvimento Humano IDH, IGD – Índice de gestão descentralizada e Índice de desenvolvimento Familiar - IDF como são os perfis dos cidadãos da cidade de Guanambi beneficiários do programa.

No campo social destacar-se-á o que está sendo feito com os recursos públicos município de Guanambi. Vale ressaltar o direito e dever da sociedade de se inteirar sobre as melhorias que têm sido apresentadas, principalmente à população de baixa renda. Pode-se identificar os esforços que o poder público promove para melhoria dos programas sociais em benefício das camadas excluídas da população.

Quanto ao meio acadêmico, o intuito maior é reforçar os estudos da gestão pública, assim como revisar os estudos sociais na área da administração pública, visando contribuir para a adoção de novos elementos no aprendizado, além de buscar indicadores que identifique uma sociedade mais igualitária.

Como cidadãos devemos entender como é feita a distribuição de renda entre as famílias e como são suas vidas sendo beneficiários do Programa Bolsa Família e se as condicionalidades impostas pelo PBF são realmente vivenciadas.

Situada no interior, à sudoeste do Estado da Bahia, a cidade de Guanambi é constituída de um grande número de cidadãos carentes que fazem parte do Programa Bolsa Família. Sendo assim, é relevante desenvolver pesquisas no intuito de saber como estão vivendo as famílias depois que passaram a compor o Programa e qual o parecer delas sobre o mesmo.

Conclui-se, pois, que o presente trabalho é de grande relevância social, acadêmica e pessoal, pois nos leva ao conhecimento dos impactos do programa na vida da população guanambiense.

2 OS IMPACTOS DA POBREZA NA SOCIEDADE ATUAL

O presente momento busca compreender os impactos da pobreza no cotidiano das pessoas privadas de bem - estar social, procura também identificar os fatores que deram origem a uma sociedade dividida em classes sociais que determinou o atual modelo econômico e social, como também uma extrema concentração de renda nas mãos de uma minoria. Viabiliza uma melhor compreensão acerca das culturas impostas que de certa forma influenciaram a discriminação de etnias gerando assim a exclusão social.

2.1 A Influência Cultural para um Brasil Desigual

Nos dias atuais é notória a relevância de argumentar – se acerca da pobreza e seus impactos na sociedade, como também é relevante perceber os diferentes pontos de vistas com relação as disparidades econômicas e sociais em que se encontram milhões de pessoas. Alguns estudiosos relutam em explicar que o problema da pobreza está em sua maior parte a fatores culturais, talvez tal pensamento seja arriscado demais, pois podem está transferindo a condição de ser pobre a própria pessoa sem considerar aos fatores que foram impostos por sistemas econômicos ao longo da história.

É sabido por todos que pobreza nada mais é que estado de privação, como também incapacidade de obter bens necessários a sobrevivência do indivíduo. Os programas de assistência social foram criados justamente para combater esse estado de necessidade proporcionando as pessoas condições necessárias de sobrevivência. Os valores são dados àqueles que possuem maior poder de compra, as leis ao mesmo tempo em que impõem direitos iguais a todos, permite cotidianamente a transgressão desses mesmos direitos sendo privado as pessoas que se encontram em estado de vulnerabilidade, pois são os pobres os mais atingidos pelas mesmas leis que impõem igualdade entre os povos.

Segundo Jaqueline Lavor *et al* (2006) o quadro sócio-econômico do Brasil vem se caracterizando historicamente como concentrador de renda e, sobretudo excludente, agravando, portanto a pobreza absoluta produzindo uma enorme reserva de força de trabalho, levando milhões de famílias a viverem em situação de extrema miséria, sendo

submetidas a rendimentos iguais ou inferiores a um salário mínimo. A adoção de programas que garantam uma renda mínima vem se destacando como uma das maiores estratégias de enfrentamento da pobreza dentro do processo de reordenamento da proteção social.

O capital social segundo Bourdieu (1998 p. 67) aparece como o único recurso através do qual é possível compreender diversos efeitos sociais que, embora sejam nitidamente apreendidos na escala singular dos indivíduos, não podem ser restringidos às particularidades de um agente determinado. Define ainda que trata - se de um agrupamento de recursos atuais ou potenciais que se apresentam intimamente relacionados à posse de uma teia consistente e durável de relações parcialmente institucionalizadas em que os pares se conhecem e se reconhecem, ou seja, o capital social representa um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados ao pertencimento a um grupo, formado por indivíduos que possuem propriedades comuns e, também, são unidos por permanentes, sólidas e úteis ligações.

Em países considerados subdesenvolvidos a questão da pobreza deve ser levada com maior rigor e responsabilidade, pois é exatamente nesses lugares que ela torna - se mais marcante devido aos altos índices de precariedade na qualidade de vida da população, fatores culturais podem ter ajudado a disseminar essa realidade, mas não pode ser deixado de ressaltar que aspectos de colonização e a imposição de culturas diferentes, ou seja, a forma como as culturas ocidentais intervieram e decidiram o modo de vida das pessoas nesses países. Por isso, ao longo da história foram surgindo diversos tipos de preconceitos que perduram até os dias de hoje.

Conforme Azevedo (1987 p.46) o problema do preconceito no Brasil se caracterizou devido ao caráter racista na época da colonização, pois se os colonizadores portugueses tivessem sido homens sem preconceitos raciais e tivessem constituído famílias com a mulher índia e/ ou com a mulher negra, teríamos desenvolvido outra mentalidade valorativa em relação ao corpo da mulher e de cor. Mas a tradição que preservamos dos colonizadores é a de desrespeito ao uso do corpo da mulher de cor, traduzido na busca do sexo fácil e na comercialização (exibicionista) da nudez da mulata para o lucro de empresários. Essas atitudes e práticas tornaram-se tão aclamadas no Brasil que se passou a não perceber o significado racista nelas implícito.

No aspecto social, o Brasil, é considerado um país subdesenvolvido e mostra um elevado índice de desigualdades sociais, segundo dados da ONU (2010). Governos corruptos, a má distribuição e concentração da renda, analfabetismo, bem como elevado número de habitantes são alguns fatores que demonstram as disparidades sociais que afligem tanto a vida dos brasileiros. Devido sua diversidade cultural, o Brasil apresenta inúmeras formas de vivência humana, o poder de ter, o sistema capitalista proporciona o poder econômico a um determinado grupo social em detrimento de outros. Desde séculos passados os negros são tidos como seres inferiores e com isso até os dias atuais são a massa mais discriminada e com uma maioria vivendo em condições precárias de vida.

Em relação a educação é viável ressaltar que na sociedade atual é fundamental notar a influência do aprendizado escolar ao desenvolvimento das pessoas, porém em países como Brasil torna - se pouco valorizada devido a falta de interesse dos gestores públicos em desenvolver seres pensantes na busca de seus direitos. Nos países desenvolvidos como os Estados Unidos vários são os programas de incentivo a educação, os professores são altamente valorizados e capacitados para oferecer uma educação de qualidade, o que vemos cotidianamente nos países subdesenvolvidos é um elevado número de negros em evasão escolar, como também um alarmante índice de analfabetos em relação a outros grupos étnicos.

O Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural. Coexistem no país culturas singulares, ligadas à identidade de origens de diferentes grupos étnicos e culturais. Convivem hoje no território nacional cerca de 206 etnias indígenas, além de uma imensa população formada pelos descendentes de africanos e um grupo igualmente numeroso de imigrantes e descendentes dos povos originários de diferentes tradições culturais e de diferentes religiões. O Brasil apresenta heterogeneidade notável em sua composição populacional, a diversidade marca a vida social brasileira. Encontram-se diferentes características regionais, maneiras diferenciadas de apreensão do mundo, formas diversas de organização social, multiplicidade de modos de relação com a natureza, de vivência com o sagrado e de sua relação com o profano (SOUZA, MOTTA, 2002, p. 42).

Os sistemas de cotas foram criados justamente para diminuir as disparidades entre negros e brancos, muitos alegam que esse sistema estimula o preconceito, outros afirmavam que trata - se de uma maneira de devolver aos negros aquilo que foi lhes tirado no passado. Mas somente instituir cotas não basta, é necessário condições de

trabalho iguais a todos (LOPES, 2007, p. 170), para que se consiga desde a pré-escola uma educação igualitária para uma sociedade sem preconceito .

Ambas, desigualdade social e discriminação, se articulam no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público — pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. Os privilégios, por sua vez, assentam-se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações. (PCN, 2001, p. 19)

Na tentativa de reduzir os problemas que distanciam os ricos e pobres foram criados programas de assistência social para introduzir as famílias numa perspectiva viável de vida. Os programas que foram criados no Brasil estão incluídos, o Programa Nacional de Renda Mínima Bolsa Escola (PBE), Bolsa Alimentação (PBA), Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) e o Auxílio gás (PAG). Foram fundamentados para auxiliar famílias de baixa renda levando em consideração a renda per capita, ou seja, a soma da renda total dos integrantes dividido pelo número de componentes da mesma. Sendo que tempos depois foram incluídos em um só programa, o Bolsa Família.

O Brasil por se intitular como um país injusto e desigual há a necessidades de políticas de assistência social que promova o desenvolvimento das pessoas de um modo geral, pois possui grande parte da população considerada como pobres, mas nem por isso se caracteriza como um país pobre. Celso Furtado (1999) ressalta que o crescimento econômico é inepto para enfrentar o problema. Esse crescimento que vivencia - se no Brasil não está relacionado à melhoria da qualidade de vida da população, ou seja, ao desenvolvimento econômico, muitas pessoas ainda não têm acesso às condições mínimas de saúde, serviços básicos e educação.

Neste sentido, a pobreza e fome não podem ser tratadas como sinônimos. Pois nem todas as pessoas que são consideradas pobres passam fome. É relevante ressaltar que as pessoas que não têm renda suficiente para adquirir uma cesta básica serão consideradas por falta de dados diretos como aquelas que não possuem alimentos necessários para sua sobrevivência, ou pelo menos como vulneráveis a isso, sendo, portanto considerados pessoas que “passam fome”. No intuito de resolver esse emblema e atender as necessidades dessas pessoas, houve a iniciativa da criação de políticas

assistencialistas a fim de eliminar barreiras impostas e desenvolvidas por culturas coloniais.

3 GESTÃO PÚBLICA

O presente capítulo aborda a importância da gestão pública na melhoria da qualidade de vida da população no Brasil, como também revela as dificuldades dos gestores públicos em administrar a máquina pública, devido a problemas históricos. Ainda vale ressaltar as enormes desigualdades sociais que assolam milhões de brasileiros, bem como os sistemas de monitoramento e avaliação que visam implantar de maneira eficiente as políticas de assistência social para que as disparidades econômicas e sociais sejam reduzidas.

3.1 As Novas Perspectivas da Gestão Pública

Nos dias atuais, devido as constantes mudanças no cenário político, econômico e social é nítida a relevância da administração pública na melhoria da qualidade de vida da população em todo o mundo. Os desafios são contínuos, muitos são os problemas que assolam a vida dos brasileiros e de países subdesenvolvidos.

Em um país tão complexo como o Brasil com problemas sociais históricos, demandas crescentes em todas as áreas e deficiências crônicas que vão dos serviços básicos de saúde à rede de infra-estrutura de transportes, os desafios que se colocam aos líderes governamentais ganham uma dimensão ainda maior.

Segundo artigo publicado pela empresa Deloitte (2007, p. 4) o Brasil vem lutando para continuar a figurar entre as dez maiores economias do mundo e disputando uma posição melhor entre os grandes países emergentes, o país apresenta aos administradores da máquina pública uma mescla de questões a serem resolvidas que refletem um cenário de profundos contrastes. De um lado, uma massa significativa da população carece dos elementos mais básicos para garantir a sua sobrevivência, como alimentação, moradia e saneamento. E de outro uma pequena parte da população detém a maior parte das riquezas, deixando evidente a má distribuição da renda entre os povos, principalmente no mundo subdesenvolvido.

O Brasil mudou radicalmente nos últimos cem anos, notadamente após 1950. No início do século XX era um país agrário e rural, cuja economia tinha por base as exportações de café e a imensa maioria da população vivia no meio rural. Hoje, na primeira década do século XXI, é um país urbano e industrial com imensa maioria, mais

de 80%, segundo dados do IBGE-2008, da população vivendo nas cidades, com uma economia bastante industrializada e diversificada.

Apesar do Brasil ter iniciado a sua industrialização no final do século XIX, sobretudo após o término da escravidão (1888), foi a partir de 1950 que a urbanização acelerou muito no país. Esse aceleração da massa urbana proporcionou aos gestores públicos desafios crescentes na atualidade, sem dúvida a má distribuição da renda, atrelada a outros problemas sociais, viabilizou esse processo.

Segundo Vesentini (2005, p.41):

As razões dessa disparidade na distribuição da renda, em sua maior parte, deve-se à má gestão dos recursos públicos alinhada à alta inflação, restrições aos direitos de greve, sindicatos fracos e poucos atuantes, sistemas de impostos deficientes.

Segundo Bresser (1998, p.3), para enfrentar o problema da desigualdade de situações e para potencializar as experiências estaduais bem sucedidas, é fundamental fortalecer formas de cooperação federativa, feitas livremente entre os governos estaduais, e mesmo de forma articulada com o Governo Federal, contanto que se respeite a peculiaridade de cada estado e a sua autonomia decisória. Os órgãos governamentais precisam ser flexíveis para reunir grandes especialistas de dentro e fora do governo, que possam lidar com desafios complexos e gerir de forma íntegra os recursos públicos, no intuito de cada vez mais diminuir as disparidades entre os ricos e os pobres (BRESSER, 1984, p.50).

Diante disso, nota - se os constantes desafios dos gestores em enfrentar e administrar os impactos da pobreza e da fome na vida da sociedade em estado de vulnerabilidade é importante perceber que a delegação de pessoas capazes e comprometidas nesse desafio pode nortear a viabilização de tal meta. Investigar, analisar, eleger e principalmente obter consciência política podem ser fatores decisivos para a construção de um país mais justo e igualitário.

3.2 Desenvolvimento Social

Desenvolvimento social trata-se da ampliação das condições de vida e do exercício da cidadania de uma dada população. Acesso à moradia, água tratada,

abastecimento regular e controle da qualidade de alimentos, transportes, serviços municipais de saúde, educação, cultura, esportes, lazer, bem como atendimento ao trabalhador dos setores formal e informal, ao desempregado, ao microempresário, a grupos familiares e pessoas com necessidades especiais ou expostas a situações de risco, são condições que precisam ser garantidas ao cidadão para que vivam com dignidade e exerçam seus direitos.

Estima-se que população brasileira seja de aproximadamente 191 milhões de habitantes, segundo dados do instituto brasileiro de geografia estatística – IBGE (2009). Nas últimas décadas, o crescimento demográfico brasileiro vem sendo desacelerado, devido, principalmente, à queda constante da taxa de fecundidade. Acompanhado a esse índice, a população brasileira está vivendo mais, por causa das melhorias nas condições de vida e saúde no país.

Outro fator relevante para o estudo do desenvolvimento social é analisar a renda da população. A desigualdade social apresenta-se como um dos maiores problemas da civilização e está na origem de boa parte dos conflitos entre os povos, bem como na persistência de epidemias e outros males relacionados às más condições de vida em todo mundo.

A propriedade privada introduz a desigualdade entre os homens, a diferença entre o rico e o pobre, o poderoso e o fraco, o senhor e o escravo, até a predominância do mais forte. O homem é corrompido pelo poder e esmagado pela violência, (ROUSSEAU, 1978, p. 264).

É relevante ressaltar a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico. O primeiro trata-se de um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. É o crescimento e incremento positivos no produto e na renda, transformados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transportes, alimentação e lazer. Já o crescimento econômico é um fator menos complexo, pois trata-se do aumento da economia, sem qualquer alteração na vida das pessoas.

Souza (1993 p.40) aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Na segunda corrente estão os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista ou cepalina, que

conceitua o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas.

Falar em desenvolvimento social nos remete a um passado onde uma grande parte da população mundial vivia descontente com seu padrão de vida, não se conformava em viver a mercê primeiramente dos grandes proprietários de terras e posteriormente a condições desumanas nas industriais fornecidas pelos patrões. Esse descontentamento emergiu-se para uma mudança dessa realidade que, embora ainda não totalmente justa, está dando passos cada vez mais largos em direção a um futuro mais pleno de direitos.

3.3 Políticas Sociais

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Essa perspectiva significaria a portar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social, PNAS (2004).

Segundo dados do Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada - IPEA (2007), as desigualdades sociais e regionais, a pobreza extrema, a grande concentração de fluxos de renda e estoques de riqueza, a insegurança no trabalho e nas ruas, as discriminações de raça, gênero e idade, a baixa qualidade dos serviços públicos, entre outros problemas relevantes da realidade social brasileira, são fenômenos que ainda perduram na vida dos brasileiros.

Em dois mil e onze foram adotadas por cento e oitenta e nove países as metas do milênio, um conjunto de compromissos adotados até 2015, no âmbito da ONU, para melhorar a vida da população mundial, que ainda se mostra insuficiente. O compromisso surgiu em setembro de 2000, quando os governos decidiram reunir acordos relativos a políticas sociais em um único documento: a Declaração do Milênio. Para que as oito metas fixadas sejam alcançadas, prevê-se a adoção de políticas globais em cada país. Os objetivos tomam como ponto de partida às estatísticas de 1990 e tem como prazo, na

maior parte dos casos, o ano de 2015. Segundo a ONU as principais metas a serem cumpridas eram: erradicar a extrema pobreza e a fome; garantir o ensino básico e fundamental a todos; promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater a AIDS, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; e, por fim, promover uma parceria mundial para o desenvolvimento.

A avaliação sintetizada de alguns programas sociais implantados no Brasil baseou-se na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio do IBGE (2006). Entre os programas sociais governamentais, das esferas federal, estadual e municipal, encontram-se aqueles que visam a dar suporte às unidades domiciliares com rendimentos mais baixos por meio de transferência em dinheiro. São exemplos disso o Programa Bolsa-Família, o Benefício Assistencial de Prestação Continuada e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Tendo em vista que a política de Assistência Social sempre foi espaço privilegiado para operar benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza, considera-se a erradicação da fome componente fundamental nesse propósito. A experiência acumulada da área mostra que é preciso articular distribuição de renda com trabalho social e projetos de geração de renda com as famílias, PNAS (2004).

3.4 Políticas de Assistência Social

O conceito de pobreza é facilmente entendido por qualquer cidadão que vive no Brasil e principalmente aqueles que participam dessa realidade de forma direta. A má distribuição das riquezas delega ao Brasil uma incômoda posição no ranking mundial de piores indicadores sociais da América Latina.

O Brasil possui 25% dos domicílios mais pobres se apropriando apenas de 5% da renda, sendo que os 10% mais ricos detêm 43% do total das riquezas (SOARES, 2003). Muitos alegam que essa disparidade entre ricos e pobres, em sua maior parte, é devido ao sistema capitalista que sempre visionou a busca constante pelo lucro, ou pelo poder, e isso se realizaria através da exploração da mão de obra, e como postulado desse modo de produção, tem-se a acumulação de capital, onde os recursos financeiros tendem a se concentrar nas mãos de poucos. Diante disso, na tentativa de amenizar a situação foram

criados programas que melhorassem as condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, como o Programa Bolsa Família que visa dar assistência necessária às pessoas mais necessitadas.

É preciso, portanto, não compartimentalizar o saber produzido acerca das políticas públicas como fins sociais para percebemos os seus contornos com os contextos da sociedade brasileira. Assim, o estudo das políticas públicas como fins é o estudo das relações de poder, como também de estrutura e conjuntura da vida social, dos padrões de sociabilidade e da dinâmica da cultura (cf. MEKSENAS, 2002 p.106).

A oferta de serviços públicos existentes no Brasil, geralmente as políticas públicas, em especial as políticas sociais, são acessadas em maior medida e com mais intensidade pelas famílias menos pobres do que pelas famílias pobres ou extremamente pobres. Em grande parte, isso se deve ao histórico do desenho da oferta pública de serviços de saúde, educação e assistência social, com base em um modelo de espera que forneça serviços e benefícios àqueles grupos que os demandam. Esse modelo também pressupõe que aqueles que não demandam esses serviços e benefícios não necessitam deles (MDS, 2008).

Fernandes (2007, p. 216-218) aborda com clareza de idéias a influência da política fraudulenta na desigualdade e pobreza no Brasil:

Entretanto antes de qualquer coisa, a questão da pobreza e da desigualdade no Brasil se mostra como algo gerado por um déficit histórico de cidadania em um país que viveu sob regime escravo por quatro séculos, no qual os direitos civis e políticos existiam apenas no papel. Um bom exemplo são as eleições brasileiras tanto no período do império quanto da república velha – a chamada república dos coronéis. As eleições eram escrutínios caracterizados pela fraude e truculência onde os eleitores eram ameaçados por capangas, ou trocavam seu voto por qualquer utensílio. Evidentemente este comportamento refletia o perfil do atraso na sociedade brasileira (...) entre 1937 a 1945, foram suspensos os direitos políticos. Curiosamente no período da supressão de direitos políticos e civis, foi ao mesmo tempo o momento dos avanços dos direitos sociais.

Com base nesse diagnóstico, entende - se que seria necessário desenvolver estratégias que, de um lado, facilitassem o acesso das famílias mais pobres aos serviços e benefícios disponibilizados para elas pelo Estado e, de outro, as vinculassem às redes sociais existentes. A estratégia escolhida pelo Bolsa Família foi condicionar a transferência monetária a compromissos sociais que deveriam ser cumpridos pela

família e garantidos pelo poder público no âmbito da saúde e da educação (MDS, 2008).

Portanto, as condicionalidades foram propostas como um mecanismo para elevar o grau de efetivação de direitos sociais por meio da indução da oferta e da demanda por serviços de saúde e de educação na esfera municipal. Para as famílias beneficiárias, o cumprimento da agenda de condicionalidades visa a indução aos cuidados essenciais com a saúde e a promoção de avanços na escolarização. Isso mostra uma tentativa de reparar os erros de antigos governos autoritários que no passado exercia o poder como forma de repressão no intuito de obter vantagens próprias.

3.4.1 Sistema Único de Assistência Social – SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) , envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

A assistência social diferente da previdência social não é contributiva, seu dever é atender todas as pessoas que dela necessitam, tem como objetivo atender e proteger as famílias na infância, na adolescência, na velhice, a fim de promover o bem – estar social a todos, MDS (2012). O SUAS foi criado em 2005, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

O MDS através do sistema SUAS, organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada às famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus - tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

Conforme dados do MDS (2012), o SUAS engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS atua como porta de entrada do SUAS, é responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social juntamente com as áreas de vulnerabilidade e risco. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos, MDS (2012).

Ainda com base nas informações do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (2012), o CRAS presta serviços continuados de Proteção Social Básica de Assistência Social para famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social através do acolhimento, acompanhamento em serviços socioeducativos e de convivência ou por ações socioassistenciais, encaminhamentos para a rede de proteção social existente no lugar onde vivem e para os demais serviços das outras políticas sociais, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania.

Sistema Único de Assistência Social e o Programa Bolsa Família tem em comum às iniciativas públicas mais importantes hoje instituídas para combater a fome, promover e proteger as famílias em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco. Iniciativas estas que vêm sendo implementadas em regime de cooperação federativa.

Diante do proposto, entende - se que sistemas que visam melhorias na qualidade de vida da população são de extrema relevância numa sociedade com enormes disparidades sociais, onde através desses instrumentos é possível reduzir fatores que distanciam as classes sociais.

3.5 Monitoramento e Avaliação das Políticas de Assistência Social

É cada vez mais imprescindível o papel da sociedade no acompanhamento e controle da implantação das políticas públicas, dado que isso proporciona maior clareza e

legitimidade ao gerenciamento dos recursos e das políticas adotadas. O maior interesse por parte da sociedade em participar das políticas adotadas pelos governantes repercute no desenvolvimento social, bem como no aumento da preocupação dos gestores em administrar, de forma eficiente e eficaz, os recursos sob sua responsabilidade.

Criado em 2003, O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem-se destacado por ser o primeiro a institucionalizar uma secretaria especializada em avaliação e gestão da informação, a qual tem contratado estudos, promovido treinamentos e implementado sistemáticas para monitoramento de políticas de transferências de renda, assistência social e segurança alimentar (VAITSMAN, *et al*, 2006).

Conforme Cunha (2006, p.2) nos países desenvolvidos a avaliação e o monitoramento das políticas públicas são altamente praticados, sendo em outros países, principalmente os subdesenvolvidos, apenas um desejo. No Brasil a importância da avaliação também é reconhecida. Recentemente, o Governo Federal brasileiro tem realizado a avaliação sistemática de seus programas. Esta avaliação tem ênfase na eficácia e eficiência dos programas. Contudo, vale ressaltar que a avaliação de programas de políticas públicas no Brasil ainda é disperso e não sistematizado. Nos países em desenvolvimento, as políticas públicas desempenham um papel estratégico para aliviar a pobreza e torná-los mais compatíveis com uma economia de mercado.

Para melhor monitorar e avaliar a gestão administrativa, o governo federal criou um controle interno que passou por um processo de fortalecimento institucional, por meio da criação da controladoria – geral da união (CGU). A CGU é resultado da fusão entre a secretaria Federal de controle interno (SFC) e da comissão de coordenação de controle interno (CCCI), alcançando status de ministério. A atuação da CGU tem estimulado a transparência e qualidade das informações públicas, focalizando a prevenção, fiscalização e controle da aplicação de recursos federais.

O eleitor bem informado e com uma boa educação política, rejeita os políticos acusados de corrupção e prefere candidatos honestos e com comprometimento com as causas sociais, isso mostra a importância de uma educação voltada para seres pensantes capazes de mudar a realidade em que se encontram.

É de extrema relevância que haja mais participação dos brasileiros nesse processo de avaliação, afim de que práticas irregulares sejam denunciadas e

severamente punidas. Infelizmente o Brasil está entre os países mais corruptos do mundo, sendo muitas vezes esses processos de avaliação e monitoramento pouco eficientes e eficazes. Muitos são os que alegam que o problema da pobreza e desigualdade social está primordialmente na má gestão e fiscalização dos recursos públicos.

3.5.1 Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação – SAGI

Órgão responsável pela avaliação e monitoramento dos programas, projetos e serviços desenvolvidos pelo ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Suas atividades são realizadas por meio do sistema de avaliação e monitoramento sobre a execução de cada iniciativa e tratamento dessas informações. Ela também desenvolve estudos e pesquisas que avaliam a implementação e os resultados de ações de desenvolvimento social e combate à fome, MDS (2008).

Segundo o MDS (2008), a missão da SAGI se baseia em produzir informações sistematizadas com o propósito de melhorar a gestão; avaliar e monitorar a efetividade das políticas de desenvolvimento social e combate à fome, por meio da realização de estudos sobre a demanda social; a implementação de programas e o impacto das políticas desenvolvidas; da publicação de documentos de referência sobre a situação social no Brasil e da capacitação de atores sociais.

Por tudo, na tentativa de desenvolver sua missão de forma eficaz e eficiente, foram criados indicadores com objetivo de viabilizar o conhecimento e a transparência acerca dos problemas sociais existentes no país, nos estados e municípios.

3.5.2 Índice de Desenvolvimento Humano

Na realidade atual com os inúmeros índices de desigualdades sociais que existem no mundo faz -se necessário o conhecimento acerca da saúde financeira de cada nação do globo, pensando nisso a Organização das Nações Unidas – ONU criou indicadores que proporcionasse um melhor acesso no que diz respeito à economia de cada país como também o estado social de suas populações.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado utilizado e criado pela ONU, que segundo o mesmo é usado para analisar a qualidade de vida de uma determinada população.

De acordo com dados divulgados pela ONU (2010), o Brasil apresenta IDH de 0,699, valor considerado alto, atualmente ocupa o 73º lugar no ranking mundial. A cada ano o país tem conseguido elevar o seu IDH, fatores como aumento da expectativa de vida da população e taxa de alfabetização estão diretamente associados a esse progresso.

O Brasil é considerado ainda um dos mais desiguais do mundo, segundo informações advindas da ONU (2010), sendo essas disparidades ainda maiores nos estados do nordeste, norte e centro - oeste, onde a população encontra – se em situação precárias de subsistência. Nesse sentido, se torna necessária a realização de políticas públicas para minimizar as diferenças sociais existentes na nação brasileira.

3.5.3 Índice de Gestão Descentralizada – IGD

Segundo artigo publicado por Pedro Eduardo (2012), o índice de gestão descentralizada – IGD trata - se de um instrumento inovador de fortalecimento da gestão municipal estadual do PBF e do cadastro único. É uma transferência obrigatória do MDS para Estados e Municípios, porém o repasse não é perene, pois exige o cumprimento de requisitos mínimos para a transferência.

É um índice que mede a qualidade da gestão municipal do Programa Bolsa Família e do CADÚNICO e garante o repasse mensal de recursos financeiros aos municípios que apresentam bom desempenho. Apresenta - se como um indicador de total relevância, pois busca transparecer a situação de cada município, sendo que procura também avaliar se os recursos repassados estão sendo empregados com objetivo de melhorar as condições de vida da população em estado de vulnerabilidade.

3.5.4 Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF

Entre as políticas que têm a atuação no social está a assistência social, que se constituiu muito recentemente para a afirmação de ações públicas no enfrentamento à

pobreza e indigência, assim como a todas as formas de vulnerabilidade e risco social. Muitos programas e serviços foram instituídos para contribuir para a efetividade desta política. O Índice de Desenvolvimento da Família – IDF foi criado neste contexto, ele é muito facilmente identificado como uma ferramenta para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações realizadas junto às famílias em situação de vulnerabilidade e acompanhadas pelos programas, serviços e equipamentos, Unisinos (2011).

O IDF foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome com base nos dados do Cadastro Único, onde constam informações sobre famílias assistidas pelo Bolsa Família. É considerado um indicador de extrema importância, pois facilita o acesso às informações referentes o desenvolvimento familiar de um determinado município, estado ou país, bem como busca promover melhorias na qualidade de vida das famílias em estado de vulnerabilidade.

Como outros indicadores que abordam a pobreza em diversas perspectivas, o IDF varia entre zero e um, quanto melhores as condições da família, mais próximo de um será o seu indicador. A unidade de análise do IDF é a família e não o indivíduo. No entanto, o indicador de cada família se constrói a partir dos dados pessoais de seus integrantes, MDS (2012).

Diante dos argumentos apresentados pode – se entender a extrema relevância do monitoramento das políticas públicas, pois consolida a estabilização econômica e assegurar o crescimento sustentado da economia. Isso reforça a ideia de um estado mais eficiente. A sociedade deve ser estimulada a participar dos processos de formulação e avaliação das políticas adotadas, de maneira que a efetiva cobrança leve ao aprimoramento da qualidade das políticas executadas.

3.6 As Políticas de Transferência de Renda: motivações e critérios

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram que a desigualdade de renda ainda é bastante acentuada no Brasil, apesar da tendência de redução observada nos últimos anos. Embora a média nacional de rendimento domiciliar per capita fosse de R\$ 668 em 2010, 25% da população recebiam até R\$ 188 e metade dos brasileiros recebia até R\$ 375,00 menos do que o salário mínimo naquele ano (R\$ 510).

Os programas de transferência de renda não são necessariamente uma novidade na história recente das políticas sociais, na Europa e nos Estados Unidos já existiam leis que beneficiavam os mais desprovidos. Na Europa industrial, por exemplo, existiu a lei dos pobres, um conjunto de regulações aplicado às pessoas à margem do trabalho, como idosos, inválidos, crianças órfãs e carentes, voluntários e involuntários.

No Brasil, as políticas públicas de transferência de renda vieram para corrigir erros oriundos do passado que levaram a população brasileira a essa realidade de desigualdade social, fome e miséria. São políticas compensatórias a exemplo das cotas nas universidades para negros e indígenas. O objetivo dos benefícios é a aproximação entre as classes, no intuito de erradicar a miséria em que vivem milhões de brasileiros.

Os programas sociais de transferência de renda foram implantados no Brasil na década de 1990 para equilibrar a desigualdade fortemente acentuada em nosso país, onde grande parte das pessoas estariam vivendo em um padrão social abaixo do mínimo aceitável.

Dalt et al (2007, p.99) enfatiza o seguinte:

(...) a adoção dessas políticas pelos governos brasileiros, a partir da década de 1990, assume um formato que nitidamente busca se desvincular da tradição assistencialista das políticas sociais, com a normatização de certas contrapartidas por parte dos beneficiários nos programas (...)

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revela que na década de 1990, o número de pessoas em situação de pobreza variou entre 57,1 e 50,1 milhões (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000).

Nesse contexto o desafio dos governantes era apresentar propostas que viabilizasse a reversão desse quadro de desigualdades impostas e remanescentes da época do Brasil colonial e agravada pelos fatos históricos. A desigualdade social é caracterizada principalmente pela má distribuição de renda ocasionando assim a fome. Dentro do panorama nacional o fator preponderante do combate a desigualdade gira em torno desse fato que assola milhões de brasileiros.

No intuito de reverter esse quadro degradante os programas de renda mínima foram instituídos no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Pode-se citar: Programa Nacional de Renda Mínima Bolsa Escola (PBE), Bolsa Alimentação (PBA), Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI) e o Auxílio gás (PAG). Os

beneficiários desse programa seriam crianças e adolescentes com idade entre 0 e 15 anos, gestantes e nutrizes. Para que fizesse jus ao recebimento do benefício a família teria que manter os filhos na escola.

Os programas sociais instituídos pelo governo Fernando Henrique serviu como embasamento para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva - Lula, que lançou como plataforma da campanha o combate à fome e, posteriormente, o programa de renda mínima Bolsa Família, o qual manteve como principal fator a renda per capita da família e dividiu os beneficiários em dois grupos: o de pobreza e o de extrema pobreza.

O PBF, política implantada pelo presidente Lula, foi impulsionado pelo lançamento do programa Fome Zero, a fim de garantir às famílias de baixa renda o mínimo necessário para sua sobrevivência. Nesse sentido, o nível de pobreza das famílias torna-se fator preponderante para o direito a esse benefício, fundamentados na urgência material que essas famílias carecem.

O governo Lula também ampliou grupos familiares, incluindo também famílias que não tenham em seus domicílios crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, abrangendo ainda mais o raio de atuação do programa. Com a intenção de abrir ainda mais o leque de famílias favorecidas, o governo federal atual, tem incluído em todos os programas sociais implantados na sua gestão os povos indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas, anteriormente não contemplados pelo programa.

Quanto à classificação dos grupos familiares, antes denominados como carente e baixa renda, e agora classificados como pobreza e extrema pobreza, delimitou-se a renda mínima para enquadramento nesses dois grupos distintos. O grupo pertencente à extrema pobreza tem renda familiar per capita de até R\$70,00; se encaixam no grupo pertencente à pobreza as famílias que tem renda entre R\$70,00 a R\$140,00, MDS (2011).

Como benefícios do governo federal, as famílias que são classificadas no grupo de extrema pobreza recebem R\$70,00 por pessoa; quanto aos classificados no grupo de pobreza, recebem o benefício até três beneficiários por família, um valor de 150,00. É importante salientar que o grupo doméstico recebedor ou potencial recebedor do benefício básico também pode receber o benefício variável, se na família houver gestantes, nutrizes ou crianças em idade escolar, MDS (2012).

Estando o recebimento do benefício ligado à frequência escolar e ao posto de saúde, o cumprimento dessas obrigações tornam-se essenciais. Dessa forma, as famílias devem matricular crianças e adolescentes, de seis a dezessete anos, com frequência mínima de 85% das aulas a cada mês, sendo obrigatório também informar ao gestor do programa PBF qualquer mudança de escola. A adoção de condicionantes serve para garantia do recebimento do benefício, mas também para garantir direitos fundamentais, como saúde e educação, MDS (2012).

A definição dessas condicionantes, regulamentada pela portaria interministerial 3.789, de novembro de 2004, tem como objetivo a difícil missão de mudar a realidade de pobreza e romper esse ciclo que afeta as famílias beneficiadas de geração a geração. No seu preâmbulo, o texto preconiza a concretização do direito à educação como elemento fundamental da inclusão social das famílias, compreendendo a educação escolar como condição da construção de conhecimento, da formação humana e da proteção social às crianças e adolescentes. (DALT *et al*, 2007, p.93).

Nota-se que a mudança social está intimamente ligada ao grau de educação obtido pelo indivíduo durante a sua vida. Assim, a exigência de frequência é fundamental na luta para garantir uma verdadeira mudança de postura por parte dos indivíduos, na alavancada da sua vida social. A exigência de boas notas foi relevante para que famílias fiscalizassem a vida escolar de seus filhos. Contudo, a mudança proporcionada pelos programas do governo de nada vale se não houver uma modificação de postura da população, e obviamente uma maior atenção na avaliação do ensino e reformas das escolas por parte do poder público.

As normatizações referentes ao Programa Bolsa Família fica a cargo do Ministério do Desenvolvimento social e combate a fome (MDS) que delega as funções aos estados e municípios através da portaria 246, de vinte de maio de dois mil e cinco. Estas, por sua vez, nomeiam gestores que respondem exclusivamente pelo programa no âmbito municipal. Dessa forma, governo federal cria um canal de interlocução com os municípios e certa posição dentro da administração pública local. O gestor do Programa Bolsa Família tem a função de acompanhar as contrapartidas que são deveres dos beneficiários. No âmbito municipal, o processo é descentralizado, ou seja, o gestor do programa tem autonomia, mas está diretamente vinculado e deve prestar conta ao MDS.

3.6.1 Benefício de Prestação Continuada – BPC

O Benefício de Prestação Continuada - BPC é um instrumento de grande relevância e, de certa forma, estar inserido no princípio de transferência de renda, juntamente a outros benefícios de caráter assistencial, como o Programa Bolsa Família, por exemplo, é que se revela a importância de sua aplicabilidade e de seus reflexos sociais perante o cidadão, membro da sociedade em que está inserido, de forma que possa promover a inclusão social e garantir a expressão do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. As pessoas que tem acesso ao BPC são, segundo previsão constitucional, aqueles que se encontra em estado de necessidade, gerado por ocorrência de uma contingência social ou risco.

À assistência social visa alcançar primariamente os necessitados (crianças e velhos) ou deficientes (HORVAH, 2006, p. 102), de modo que o BPC também é devido a crianças e adolescentes menores de 16 anos de idade portadores de deficiência bastando apenas a avaliação da deficiência e o seu impacto na limitação do desenvolvimento de atividades compatíveis a idade e a restrição da participação social, restando dispensada a avaliação para o trabalho, considerando a idade.

São também beneficiários os idosos e pessoas com deficiência abrigados em instituições públicas ou entidade filantrópica de longa permanência, no âmbito nacional, sem prejuízo do seu direito a percepção do BPC, conforme dispõe § 5º do art. 20, alterado pela Lei nº. 12.435, de 06/07/2011, e desde que comprove carência econômica para prover a própria subsistência, conforme Instrução Normativa nº. 20/07, art. 623, § 1º. Nesse mesmo íterim, também é possível a concessão do BPC aos idosos e pessoas com deficiência, estrangeiros naturalizados e domiciliados no Brasil, desde que não estejam amparadas pelo sistema previdenciário do país de origem, além do indígena, como prevê o § 2º, art. 1º da Instrução Normativa nº. 20/07, art. 623.

Os requisitos necessários para a concessão do benefício da assistência social é a incapacidade para fazer as atividades diárias e de ter uma vida dependente, e renda familiar mensal per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, bem como os requisitos para concessão ao idoso são possuir idade de 65 anos ou mais e, também, ter renda familiar mensal per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de acordo com a Lei nº. 12.470/2011 ao § 6º do art. 20 da Lei orgânica de assistência social – LOAS.

Contudo, é relevante concluirmos que o BPC mostra - se totalmente útil na ampliação da proteção social de modo que promove a superação das situações de vulnerabilidade e risco social e sua divulgação fomenta a política de resgate a cidadania, além de contribuir no amparo como também integração e bem - estar social das pessoas que se beneficiam desse tipo de ajuda.

3.7 Município de Guanambi

Localizada no sudoeste baiano, o clima semi-árido em que insere a cidade de Guanambi contribui para o seu desenvolvimento. Possui um tipo de solo Podzólico Vermelho - Amarelo Distrófico, que viabiliza a plantação. Como o potencial hidrográfico apresenta o Rio Carnaíba de Dentro, as Represas de Ceraíma, a Barragem do Poço do Magro e as Represas de Mutans e de Morrinhos. Destaca-se, ainda, o Rio São Francisco, que banha a região.

Quanto ao aspecto demográfico, com uma população de aproximadamente 80.000 habitantes, IBGE (2008), Guanambi não difere dos demais centros urbanos da Bahia: verifica-se um crescimento notável da população urbana, em detrimento da população rural. Isso, por sua vez, estimula o crescimento do comércio, que se caracteriza como principal fonte de renda do município. Salienta-se sua notável referência na saúde: no município estão os principais hospitais da microrregião, os quais atendem dezoito cidades das redondezas.

O município de Guanambi está entre os que apresentam maior desenvolvimento social, dentre as cidades de médio pólo comercial e agrícola da Bahia. Mesmo sendo uma cidade de comércio, e não industrial, apresenta um índice razoável de trabalho e desenvolvimento, IBGE (2008).

Apesar dos vários aspectos positivos, ressaltam-se, no município, os altos índices de pobreza, aproximadamente 18.010 famílias são consideradas pobres, segundo dados do MDS (2012), bem como as fragilidades do sistema de proteção social. Esses fatos dão o tom de complexidade dos problemas a serem enfrentados, não só em Guanambi, mas também em todo país. Constata-se uma grande carência na população, onde muitos ainda vivem abaixo da linha de pobreza e têm o benefício proporcionado pelo governo como sua única fonte de renda.

Em municípios como Guanambi, centenas de famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, abrangendo bairros mais carentes da cidade, a fim de proporcionar às famílias melhor educação, saúde, proteção social, entre outras assistências. Implantado em 2003 no Brasil, o Programa Bolsa Família objetivou unificar outros programas de transferências de renda iniciados em nível municipal, estadual e federal desde 1995.

O Programa Bolsa Família (PBF) sendo um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único beneficiou, no mês de outubro de 2012, 10.381 famílias, representando uma cobertura de 125,6 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 140,74 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.398.222 no mês, MDS (2012). É relevante mencionar os cursos de capacitação promovidos pela assistência social visando a capacitação das pessoas em estado de vulnerabilidade, segundo entrevista realizada junto a secretaria de assistência social do município de Guanambi, os resultados são satisfatórios, muitas são as pessoas que inseriram – se no mercado de trabalho através desses cursos de capacitação.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de Julho de 2012, atingiu o percentual de 87,22%, para crianças e adolescentes entre seis e quinze anos, o que equivale a 6.911 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 7.924. Para os jovens entre dezesseis e dezessete anos, o percentual atingido foi de 69,74%, resultando em 1.383 jovens acompanhados de um total de 1.983, MDS (2012). Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2012, atingiu 96,0%, percentual equivale a 7.601 famílias de um total de 7.918 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município, MDS (2012).

Segundo dados da secretaria de assistência social da cidade de Guanambi - Bahia (2012), muitos são os esforços praticados pelos órgãos competentes para viabilizar uma melhor distribuição e atendimento do benefício para aproximadamente 18.010 famílias cadastradas no programa, sendo que 10.381 são beneficiárias, a regra básica para continuar usufruindo do benefício é a manutenção dos filhos na escola e cuidar da saúde.

Pelos dados que foram apresentados o PBF está obtendo resultados satisfatórios na melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários.

Neste projeto, realizou-se uma pesquisa frente aos beneficiários do PBF, a fim de compreender os impactos do programa na vida dos mesmos, e para o município de Guanambi.

4 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO EM ESTUDO

O presente capítulo identificará quais os perfis das famílias que recebem o benefício na cidade de Guanambi – BA, bem como as ações realizadas pelo município para implementação do programa bolsa família; Identifica - se também os impactos das ações do Programa Bolsa Família para os beneficiários. Além disso, indaga – se os programas de capacitação dos recebedores que proporciona sua inserção no mercado de trabalho.

4.1 O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa social do Governo Federal, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). De transferência direta de renda condicionada, tem como objetivo romper o círculo de perpetuação da miséria e emancipar economicamente e socialmente as famílias em situação de risco (MDS, 2008). Tem com objetivo principal promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, dando meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

O PBF foi criado em 20 de outubro de 2003 pela medida provisória Número 13, convertida na Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004. Trata – se de um programa de transferência condicionada direta de renda que beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00). Está implementado em 100% dos municípios do país e atende 67,1% das famílias pobres, segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2011).

A cidade de Guanambi localiza-se no sudoeste baiano, com 78.833 habitantes, sendo que 10.381 famílias estão cadastradas no PBF, sua economia é predominantemente agrícola e comercial foi escolhida porque apresenta um desenvolvimento satisfatório em relação aos outros municípios vizinhos. A renda per capita de Guanambi está entre 70 reais á $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, comparada com a renda média do Brasil cerca de 49 milhões recebem até meio salário mínimo per capita, cerca de 54 milhões de brasileiros não possuem rendimento, esses são considerados extremamente pobres. Hoje no Brasil a renda per capita é de 8.020 dólares, quase a

metade da Argentina com 12.460 dólares, conforme dados do FMI e do Banco Mundial, 2012.

Os gestores do PBF entendem que a unificação de programas de transferência de renda é importante, dada à grandeza do investimento de R\$ 5.627.527.240,00 até os dias de hoje. O número de usuários não para de crescer, como era de se esperar para um programa federal (Fome Zero - Balanço dos Programas e Ações, outubro de 2005). É um dos pilares que integra o Programa Fome Zero e possui três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza, conforme MDS (2008): promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias.

O programa foi criado em outubro de 2003 convertida na lei nº. 10.836/04 e beneficia famílias pobres (com renda mensal per capita que varia de R\$ 70,00 a R\$ 140,00) e extremamente pobres (com renda per capita inferior a R\$ 70,00), MDS (2011). O PBF unificou alguns programas sociais do Governo Federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) e atende atualmente cerca de 11,1 milhões de famílias, devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais, em todos os municípios brasileiros, MDS (2012).

A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês, como salários e aposentadorias. Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem no domicílio, obtendo assim a renda per capita da família. Nessa conta não entram os benefícios de outros programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Agente Jovem. Portanto, uma família pode obter benefício de mais de um programa social. Famílias que se encontram na faixa de renda de até meio salário mínimo - R\$ 311,00 per capita - também podem se cadastrar, pois existem outros programas sociais, tanto no nível Federal, quanto Estadual e Municipal, destinados a essa faixa de renda (MDS, 2011).

A seleção das famílias beneficiárias do PBF é feita com base nas informações inseridas pelo município no CadÚnico. Cada município tem uma estimativa de famílias pobres, considerada como a meta de atendimento do Programa naquele território. Essa estimativa é calculada com base em uma metodologia desenvolvida com apoio do

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e tem como referência os dados do Censo de 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Todavia, o cadastramento não implica na entrada imediata dessas famílias no Programa e no recebimento do benefício. Com base nas informações inseridas no CADÚnico, o MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa a cada mês. O critério principal é a renda per capita da família e são incluídas primeiro as famílias com a menor renda.

Suplicy (2002, p.141) diz que:

Se o objetivo é erradicar a fome e a miséria, é preciso compreender que a pessoa pobre necessita mais do que matar a fome. Se está fazendo frio, precisa comprar um agasalho ou um cobertor. Se a telha ou a porta de sua casa estão avariadas, é preciso consertá-las. Se um filho ficou doente, é preciso comprar remédio com urgência. Se é o dia do aniversário de uma filha, é possível que a mãe queira lhe dar de presente um par de sapatos. Se a vizinha está vendendo um tipo de alimento muito barato, é bom comprar, porque vai sobrar mais outras coisas.

Contrapondo o princípio das políticas sociais, essas são acessadas em maior intensidade pelas famílias menos pobres do que pelas famílias pobres ou extremamente pobres. Em grande parte, isso se deve ao histórico da oferta pública de serviços de saúde, educação e assistência social, com base em um modelo de espera que se forneçam serviços e benefícios àqueles grupos que os demandam. Esse modelo também pressupõe que aqueles que não demandam tais serviços e benefícios não necessitam deles (MDS, 2008). Dessa forma, o grupo que se encontra em condições de maior pobreza tem, tradicionalmente, mais dificuldades para acessar os serviços e benefícios sociais de que necessita, seja devido à dificuldade na acessibilidade da oferta existente, seja por causa da situação de desvinculação dessas famílias das redes sociais existentes.

Com base nesse diagnóstico, entende - se, pois, que era necessário desenvolver estratégias que, de um lado, facilitassem o acesso das famílias mais pobres aos serviços e benefícios disponibilizados para elas, pelo Estado e, de outro, as vinculassem às redes sociais existentes. A estratégia escolhida pelo programa Bolsa Família foi condicionar a transferência monetária a compromissos sociais que deveriam ser cumpridos pela família e garantidos pelo poder público no âmbito da saúde e da educação (MDS, 2008).

O PBF parte da premissa de que o cumprimento das condicionalidades terá impacto positivo na redução da pobreza futura ao garantir aos membros das famílias beneficiadas melhores condições de saúde e aumento do nível de escolaridade, assim como habilidades e competências para o trabalho e a cidadania. Considera-se que a efetividade de programas de transferência de renda está estreitamente associada ao cumprimento, por parte das famílias, das exigências de contrapartida.

Para as famílias beneficiárias, o cumprimento da agenda de condicionalidades visa à indução aos cuidados essenciais com a saúde e à promoção de avanços na escolarização. Para o poder público, as condicionalidades servem para estimular a ampliação da oferta local de serviços públicos de saúde e de educação, monitorar as políticas executadas em âmbito municipal e identificar as famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco social, para que se dirijam a elas ações específicas.

Sabe-se que a Bahia, por se situar na região nordeste, a mais desigual do país, apresenta um número relevante de pessoas assistidas pelo programa, um total de 858.807 pessoas. Na região sudoeste do estado da Bahia, este índice chega 679.344 pessoas, o equivalente a 58% da população regional, e em todo território nordestino constata-se 3.243.536 pessoas beneficiadas pelo programa Bolsa-Família, MDS (2008). Ainda de acordo com informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011), em dezembro de 2004 mais de 6,6 milhões de famílias estavam cadastradas no programa.

Segundo a entrevista feita na secretaria de Assistência Social (2012), a cidade de Guanambi é um exemplo na Bahia quanto aos programas de políticas de transferência de renda. Pois recebeu um prêmio de sustentabilidade social em julho/2012 na cidade de Florianópolis. Além disso, promove projetos atualmente desenvolvidos, Programa Mutirão Social, que capacita os beneficiários do programa para o mercado de trabalho. Existem quarenta e quatro modalidades de cursos atualmente disponíveis. E destas 2.480 pessoas foram capacitadas. Em outubro de 2012 apenas 10.381 famílias foram beneficiadas pelo programa, MDS (2012).

Uma boa parte das críticas de direita ao Programa Bolsa Família revela uma reação de setores profissionais que pertenceram outrora às classes dominantes ou estiveram perto delas e agora se vêem vítimas da proletarização dos processos de trabalho. No plano ideológico, a primeira resposta das pessoas em vias de perder o

estatuto social é fazer o possível por não se dar conta da situação em que caíram e acentuar o fosso que as separa dos estratos mais mal pagos. Por isso, tudo o que melhore a situação dos pobres lhes surge como uma ofensa, já que reduz a distância social que elas gostariam de ter mantido.

Outra parte das críticas de direita dirigidas ao Programa Bolsa Família revela as inquietações dos setores capitalistas mais retrógrados e menos competitivos. Tudo o que contribua para diluir as modalidades arcaicas de obtenção de trabalho, substituindo-as pela contratação salarial, estimula a formação de um mercado de trabalho unificado no âmbito nacional, pondo em causa o trabalho remunerado ocasionalmente ou até gratuito que caracteriza as relações de clientela. Ao mesmo tempo, a escolarização das crianças e dos jovens das famílias inseridas no Programa torná-los-á, quando adultos, menos dependentes do clientelismo local, e deste fato resultará uma pressão para a subida dos salários nos estratos sociais mais mal pagos.

Haja vista, para maior parte da população que recebe o benefício do PBF segundo dados do MDS (2012) afirma ser de grande relevância para famílias que ganham menos de R\$ 70,00 por dia, isso nos leva a concluir que a população que critica o programa não conhece as dificuldades de quem carece do mínimo para sobreviver e vive praticamente na indigência.

4.1.2 Mudanças na vida dos Beneficiários

A obtenção de benefícios dos programas de renda mínima do governo federal tem provocado importantes mudanças no aspecto comportamental das pessoas beneficiadas, e identificar essas mudanças também é parte crucial para entendermos os impactos provocados por tal ação, e suas implicações em longo prazo. Um exemplo claro evidenciando no país é o medo dos beneficiários em pegar trabalhos temporários com carteira assinada, levando em conta que com a obtenção desse serviço poderá perder o benefício.

Muitos analistas veem no Programa Bolsa Família uma espécie de bolsa eleitoral que serve para subornar a população mais vulnerável com transferência de dinheiro para obter eleitores cativos, sem que constitua uma real erradicação da pobreza pelo trabalho

e pela atividade econômica produtiva. Muitos ainda alegam que tal benefício gera dependência e comodidade e desestimularia a busca por emprego.

Os beneficiários do programa certamente se defendem alegando que as pessoas que criticam não sabem o que é fome, indagam que o programa é de fundamental importância, pois ajuda na renda da família, facilitando sua própria sobrevivência. A pobreza não vai ser erradicada de uma só vez, porém torna – se imprescindível sua redução, uma vez que dados comprovam sua diminuição desde a implantação do programa Fome Zero.

5 METODOLOGIA

O diagnóstico dos dados qualitativos sobre a melhoria da qualidade de vida dos beneficiados do programa foi realizado a partir da sistematização do resultado da pesquisa obtidos através da aplicação da entrevista com as famílias inseridas no programa no município de Guanambi e com a Secretaria da Assistência Social, para coletar dados que viabilizem as principais ações realizadas pelo município de Guanambi para implementação do Programa Bolsa Família, e conhecer o perfil social beneficiados pelo programa.

É importante salientar à luz da literatura em que se baseiam as entrevistas estruturadas e semi - estruturadas: entrevista estruturada baseia-se na utilização de um questionário como instrumento de coleta de informações o que garante que a mesma pergunta será feita da mesma forma a todas as pessoas que forem pesquisadas. Gil (1999, p. 121).

Em contrapartida para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

Neste trabalho, optou-se por realizar entrevistas estruturadas com uma amostra aleatória escolhida por conveniência de 50 famílias beneficiárias do PBF na cidade de Guanambi, por meio de questionário individual no intuito de identificar quais as melhorias que o programa vem trazendo na vida dos beneficiários desde a sua implantação.

E uma entrevista aberta por meio de um roteiro previamente elaborado, com vista a diagnosticar as principais ações realizadas pelo município de Guanambi para implementação do programa bolsa família.

5.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa é qualitativa, pois busca abordar as principais características que envolvem parte da sociedade guanambiense em relação à sua renda e participação no Programa Bolsa Família. Buscamos ainda analisar qual o grau de aprovação e percepção dos entrevistados em relação ao Programa Bolsa Família.

Segundo Minayo (1995 p.21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Além da entrevista, utilizou-se o auxílio da pesquisa bibliográfica que para Vergara (2005, p. 48) é um “estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em

5.2 Técnicas de Coletas de Dados

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o Programa Bolsa Família no Brasil, através de pesquisas oficiais e consultas em sites e cartilhas disponibilizadas pelo MDS e pelo IBGE, assim como arquivos históricos e livros.

Além disso, uma entrevista foi elaborada e aplicada na localidade de estudo, a cidade de Guanambi/BA. Os resultados possibilitaram o levantamento do perfil dos beneficiários do PBF, no município sendo que 96% dos entrevistados consideram suas vidas muito melhor após fazer parte do programa.

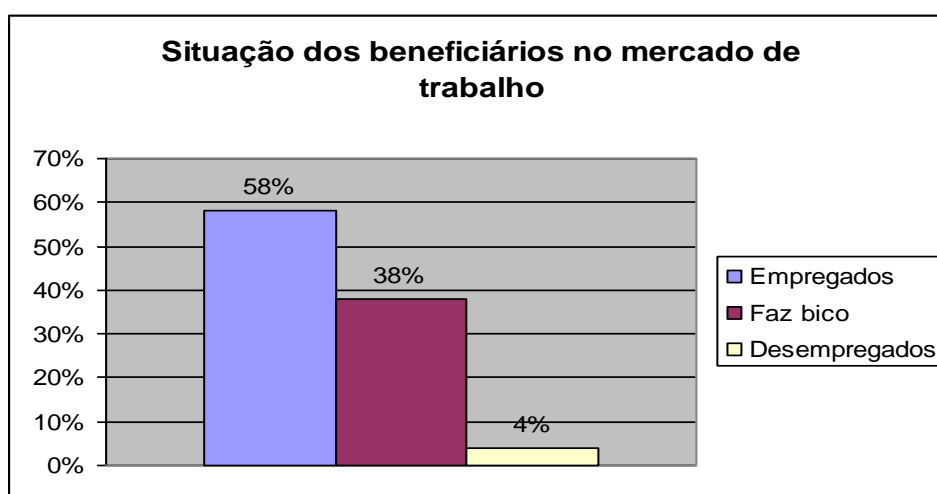
5.3 Estratégia de Análise de Tratamento de Dados

A entrevista aplicada nesta pesquisa com os beneficiários do Programa Bolsa Família utilizou trinta e cinco questões fechadas, subdivididas em aspectos gerais dessa população. As questões abrangiram os seguintes aspectos: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recurso, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. Assim, considerou-se que esta abordagem fornece as informações necessárias para a análise e entendimento do tema em questão, que é a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Guanambi. Para tabular o dados coletados na pesquisa utilizamos a ferramenta do Microsoft Excel, conforme tabelas, quadros e gráficos dispostos na seqüência.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise a seguir mostra os dados coletados na pesquisa de campo composta por 50 (cinquenta) entrevistados, conforme questionário (vide apêndice). Na primeira pergunta buscou-se avaliar qual a situação atual do beneficiário em relação ao mercado de trabalho. Com esta análise ocorreu que dos 50 entrevistados 58 % estão empregados, 38% fazem “bico” e 4 % estão desempregados, como demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 01: Situação no mercado de trabalho



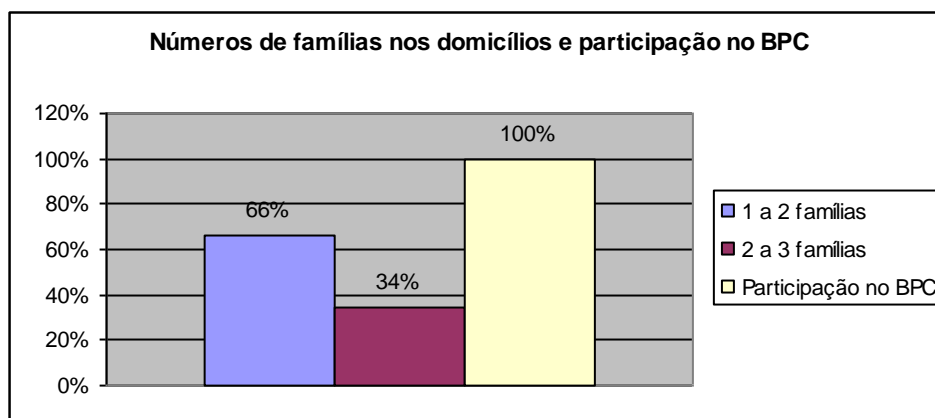
Fonte: Pesquisa de campo

Conforme dados do último Censo Demográfico o município de Guanambi em agosto de 2010 possuía 40.257 pessoas economicamente ativas onde 37.189 estavam ocupadas e 3.067 desocupadas. A taxa de participação ficou em 59,9% e a taxa de desocupação municipal foi de 7,6%. O que em confronto à nossa pesquisa não está muito distante dos dados estimados pelo Censo. Ainda utilizando-se o gráfico anterior como parâmetro nota-se que desde o ingresso ao programa social houve uma grande melhora nas perspectivas de ingresso no mercado de trabalho, ocasionando um grande índice de empregabilidade.

Em relação às perguntas dois; três; e quatro procurou-se saber, respectivamente, quantas famílias residiam na casa; se alguém da família recebia o BPC; e se possuía algum deficiente. Ao aplicar tais questões obtiveram-se os seguintes resultados. 66% dos entrevistados disseram que possuíam de uma a duas famílias nas residências e 34 % de

dois a três. 100 % disseram que nenhum membro fazia parte do BPC e que também não possuía deficientes em suas casas (Gráfico 02).

Gráfico 02: Número de famílias nos domicílios e participação no BPC



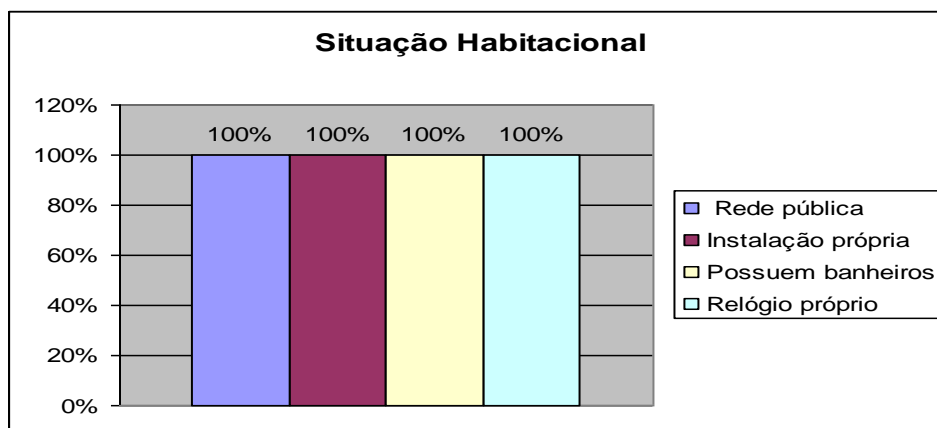
Fonte: Pesquisa de Campo

Vale ressaltar segundo Fernanda(2010)que o BPC visa proteger segmentos em situação de vulnerabilidade, mediante pagamento, mensal, no valor de um salário mínimo, às pessoas idosas e/ou às pessoas com deficiência que comprovarem não ter meios de prover a sua subsistência, cuja renda familiar seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente no país e, também, que não recebam nenhum outro tipo de benefício oriundos da Seguridade Social, como, por exemplo, algum benefício da Previdência (auxílio-doença, qualquer tipo de aposentadoria, entre outros), exceto assistência médica, sendo que este é oferecida pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Nas questões cinco à doze questionou-se sobre as condições habitacionais dos beneficiários e chegou-se aos seguintes resultados:

100% (cem por cento) disseram que:

- Possuem instalação sanitária própria;
- O abastecimento de água é feito pela Rede Pública;
- Possuem relógio próprio de energia elétrica;
- As casas possuem banheiros.

Gráfico 03: Situação habitacional

Fonte: Pesquisa de Campo

Sendo assim, com base nos dados anteriores, unânimes. Todos possuem um mínimo de saneamento básico, o que favorece ao desenvolvimento e a promoção da saúde. Por conseguinte, obteve-se ainda os saldos apresentados abaixo.

Em relação ao esgoto domiciliar:

- 68 % (sessenta e oito por cento) disseram possuir redes de esgoto;
- 32 % (trinta e dois por cento) possuem fossa

Coleta de lixo:

- 84 % (oitenta e quatro por cento) disseram possuir pela Rede pública;
- 26 % (vinte e seis por cento) Jogam em terreno baldio e queimam.

Cômodos da casa:

- 74 % (setenta e quatro por cento) de três a quatro cômodos;
- 26% (vinte seis por cento) de dois a três cômodos.

Material de construção da casa;

- 52 % (cinquenta e dois por cento) alvenaria
- 48 % (quarenta e oito por cento) outros.

Quadro 01 Condições dos domicílios e saneamento básico

CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS E SANEAMENTO BÁSICO		
Esgoto Domiciliar	Possuem Redes de Esgoto	68%
	Possuem Fossa	32%
Coleta de lixo	Rede Pública	84%
	Terreno Baldio	26%
Cômodos da Casa	3 a 4	74%
	2 a 3	26%
Material de Construção da Casa	Alvenaria	52%
	Outros	48%

Fonte: Pesquisa de Campo

Vale ressaltar que segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 79,2% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 83,8% dos domicílios particulares permanentes e 53,1% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

Segundo José Eustáquio Diniz Alves e Suzana Cavenaghi (pág. 1; 2) “a melhoria da qualidade de vida está intimamente ligada à melhoria das condições de habitação”. Deste modo para serem consideradas habitáveis, os domicílios devem apresentar requisitos mínimos de construção e conservação. Também são importantes os diagnósticos sobre as carências de serviços públicos como luz, água, esgoto e coleta de lixo, por exemplo.

Das perguntas treze a vinte um teve - se enfoque no quesito de acesso à informação e disponibilidade de recursos.

Responderam positivamente aos seguintes questionamentos:

Algum membro participa de curso de geração renda promovido pelo Programa? Onde 42% responderam positivamente. Sendo que 10% responderam que o curso acabou dando-lhe oportunidades de trabalho. 16% dos entrevistados, mesmo com a renda do Programa Bolsa Família ainda precisam de alguma doação para se alimentar.

Percebe-se com isso que mesmo diante de grandes oportunidades e benfeitorias, há famílias que sobrevivem com o auxílio do programa, e mesmo assim ainda não conseguem suprir suas necessidades.

Ainda dando ênfase no papel socioeconômico do Bolsa Família, foi questionado aos entrevistados: Dos moradores da sua casa quantos trabalham? 88% responderam que há entre uma a duas pessoas trabalhando e 12% respondeu que em sua residência há mais de duas pessoas trabalhando. Em uma análise da idade dos trabalhadores a sua grande maioria, mais precisamente 82%, responderam não possuem menores trabalhando e 18% responderam existir entre um a dois menores trabalhando.

Um ponto que merece destaque é que mesmo com uma renda que muitos consideram fácil apenas 04% dos entrevistados responderam estar desempregados, onde, 96% exercem algum tipo de trabalho.

Tabela 01: Acesso à informação e disponibilidade de recursos

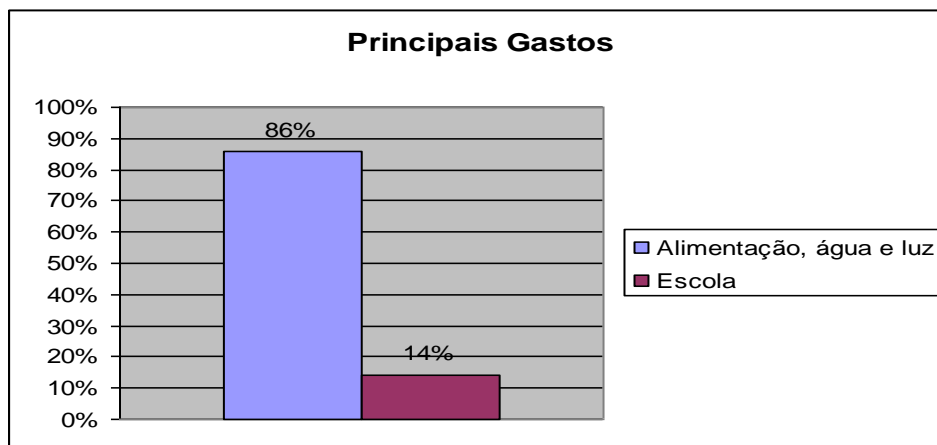
ACESSO À INFORMAÇÃO E DISPONIBILIDADE DE RECURSOS				
Membros da família que participam do curso de geração de renda	Participam	42%	Não participam	58%
Oportunidades de trabalho	Afirmam que se beneficiaram com o curso	10%	Ainda não inseriram no mercado de trabalho	90%
Necessidade de doação para sobreviver	Precisam de doação para se alimentar	16%	Não precisam	84%
Disponibilidades de recursos	Fiado	100%	Outros	0%

Fonte: Pesquisa de Campo

Utilizando a renda do benefício, perguntou-se quais são os principais gastos na família, sendo que 86% responderam que tem mais gastos com a alimentação, água e luz, e assim, 14% responderam que possuem mais gastos com escola, ou seja, com a educação. Destarte, houve uma evolução no alcance das metas do programa que inicialmente era reduzir a grande quantidade de famílias que viviam abaixo da linha de pobreza. Esses entrevistados podem comprovar com suas respostas que se preocupam com a alimentação, onde já pode notar que a maioria destas famílias conseguem

alimentar-se mais de duas vezes no dia, chegando desta forma a ter uma alimentação razoavelmente saudável.

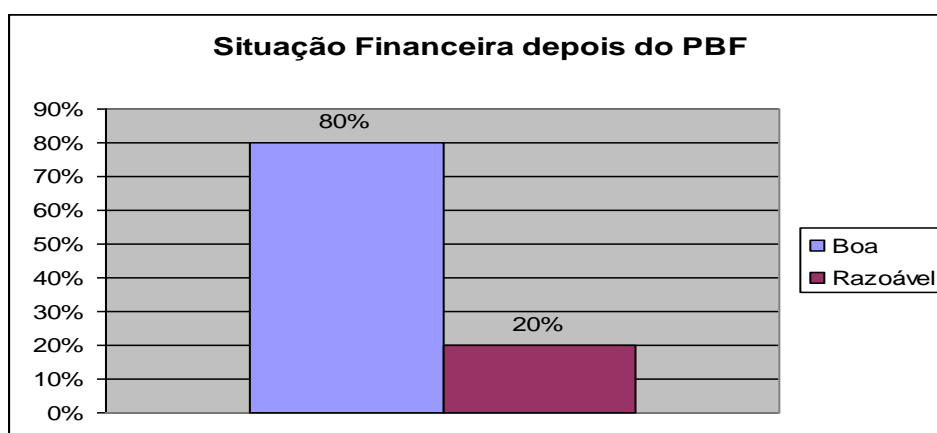
Gráfico 04: Principais gastos



Fonte: Pesquisa de Campo

E como já pode-se perceber com os resultados do gráfico anterior, questionou-se aos voluntários, como eles avaliariam a situação financeira deles após fazerem parte do Programa de Bolsa Família? E 80% contestaram positivamente onde eles a definiram como sendo "Boa" e 20% responderam como sendo razoável, muito provavelmente por ainda acharem pouco o valor. Ressalva-se que nenhum dos entrevistados respondeu negativamente, fazendo todos eles uma adequada avaliação do programa (Gráfico 05).

Gráfico 05: Situação Financeira depois do PBF



Fonte: Pesquisa de Campo

Muitas são as famílias que conseguem ingressar no mercado de trabalho. Como foi ressaltado anteriormente pelos dados do Censo demográfico 2010 no município de Guanambi a taxa de participação ficou em 59,9% e a taxa de desocupação municipal foi de 7,6%.

Em relação as questões vinte e dois a trinta e dois e trinta e três a trinta e cinco buscou-se mostrar a realidade vivida pelos beneficiários sobre o desenvolvimento infantil.

Avaliando a freqüência de visita de agentes comunitários em seus domicílios 90% responderam que é até 06 meses e 10 % até três meses. Sendo notório o trabalho de acompanhamento dos agentes, na função primordial de fiscalizadores das condições e da saúde dos beneficiários.

Ainda tratando da saúde, foi questionado quantas vezes os voluntários foram ao médico no corrente ano sendo que todos responderam que sim, e destes, 64% disseram que foram de quatro a cinco e 36 % mais de cinco vezes. Para complemento de informação, todos foram unânimes em destacar a importância da visita ao médico. Onde todos os entrevistados freqüentam os postos de saúde disponíveis na cidade. Porém, 86% possuem dificuldades no atendimento.

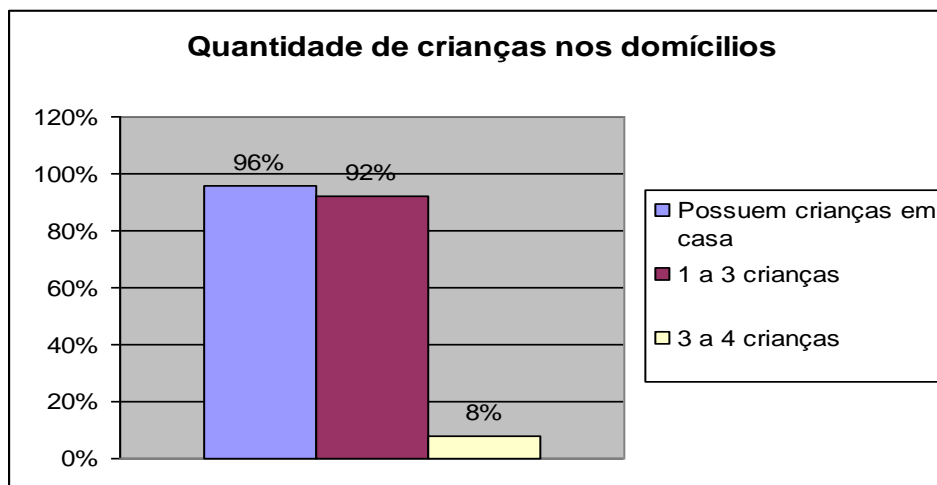
Quando se perguntou se algum deles ficou hospitalizado, mais da metade, ou seja, 68 % disseram que sim. E 78% já deixaram de ir ao trabalho devido problemas de saúde.

Tabela 02: Situação vivida pelos beneficiários do PBF

Situação Vivida pelos Beneficiários do PBF				
Visita dos Agentes Comunitários	Até 3 meses	90%	Até 6 meses	10%
Freqüência ao Médico	4 a 5	64%	Mais de 5 vezes	36%
Hospitalizado	Sim	68%	Não	32
Dificuldade de Atendimento	Sim	86%	Não	14%

Fonte: Pesquisa de Campo

Os dados demonstrados no Gráfico 06 foram extraídos do questionamento de que se nos domicílios dos entrevistados haviam crianças, e 96% possuem crianças em casa, sendo que destes, 92% possuem de uma a três crianças e 8% de três a quatro.

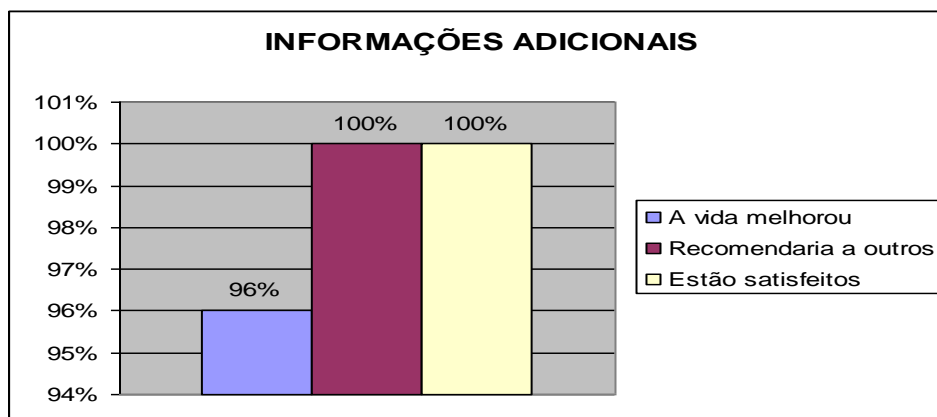
Gráfico 06: Quantidade de crianças nos domicílios

Fonte: Pesquisa de Campo

As crianças que residem com as famílias entrevistadas todas estão matriculadas e frequentam a escola, é válido destacar esse grande feito do PBF onde de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social a evasão escolar caiu continuamente desde a implantação do projeto e continua a cair. 100% dos entrevistados afirmaram que as crianças não participam do PETI. Em relação ao cartão de vacinação, 84% dos familiares voluntários responderam que sim os cartões das crianças estão em dia e 16% responderam negativamente, informando que há algumas incompatibilidades e às vezes há falta de informação a respeito das campanhas de vacinação.

Segundo Barros *et al* (p.20) uma das principais metas de qualquer sociedade é garantir sempre, a cada criança, oportunidades para seu pleno desenvolvimento. Devido à informação disponível na PNAD, é possível captar quatro componentes do desenvolvimento infantil: a) proteção contra o trabalho precoce; b) acesso à escola; c) progresso escolar; e d) mortalidade infantil.

Portanto, nota-se com as questões aplicadas de número trinta e três, trinta e quatro e trinta e cinco que todos os entrevistados/beneficiados estão satisfeitos com a renda e o apoio que o programa está lhes oferecendo. E 96% reafirmam que sua vida melhorou, aumentando a qualidade de vida dos mesmos, e ainda avaliaram o programa com nota dez, e seria unânime que eles indicassem outra pessoa para fazer parte do programa.

Gráfico 07: Informações Adicionais

Fonte: Pesquisa de Campo

Na entrevista feita com o Gestor do Programa Bolsa família teve - se o seguinte relato:

Atualmente possuem 18.917 famílias cadastradas no CadÚnico do município de Guanambi e somente 10.381 famílias são beneficiadas, os dados destas famílias são atualizados anualmente. Acontecem reuniões trimestrais entre os coordenadores e técnicos das secretárias de Assistência Social, Educação e Saúde, para discutirem a respeito da gestão dos dados impostos pelas condicionalidades do PBF. A secretaria de Educação, por exemplo, é responsável por atualizar os dados da frequência escolar das crianças no sistema. Informou - se ainda que o valor mínimo que uma família que só possui uma criança pode receber é: R\$ 70,00 para mãe e 32,00 para filha menor totalizando um valor de R\$ 102,00. Ressaltou que neste caso é o mínimo, pois os valores variam pela idade da criança. Existem pessoas que vivem somente desta renda. A Secretaria de Assistência Social disponibiliza quarenta e quatro modalidades de cursos de capacitação, tendo 2.480 famílias com matriculas ativas e destas têm-se uma média de 1600 a 1700 famílias que ingressaram no mercado de trabalho após conclusão dos cursos. A Secretaria não possui dados sobre o numero médio de crianças antes de fazer parte do Programa Bolsa família. A gestora nos falou ainda que Guanambi é um exemplo na Bahia. Que ganhou um prêmio de sustentabilidade social em julho/2012 na cidade de Florianópolis/SC. E relatou a respeito de um projeto atualmente desenvolvido chamado Programa Mutirão Social que capacita os beneficiários do programa para o mercado de trabalho. Disse também que quando precisa convocar as famílias para atualização dos

dados faz-se através dos meios e comunicação e por fim ressaltou sobre a importância das visitas mensais realizadas pelos agentes comunitários nos domicílios.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão buscou diagnosticar os vários aspectos que contribuíram para o surgimento de programas de assistência social, identificou o problema das desigualdades sociais que ocorrem devido a má distribuição de renda, como também buscou compreender os índices que trabalham junto com Ministério de Desenvolvimento Social e Combate á fome no intuito de melhorar as condições de vida da população excluída da sociedade. Através do programa Bolsa família, nosso objeto de estudo, foram analisadas as condicionalidades dos beneficiários do PBF, como também os perfis dos beneficiários, assim como as dificuldades dos gestores públicos em administrar a máquina pública na cidade de Guanambi - Bahia.

No que diz respeito a questão da pobreza, tornou - se imprescindível identificar os fatores que originaram a condição de pobreza e fome no Brasil, pois levantando fatos históricos pode – se perceber os fatores que influenciaram direta ou indiretamente as disparidades econômicas e sociais, bem como houve uma necessidade de compreender acerca das diferenças entre pobreza e fome. No Brasil existem pessoas pobres, porém não é considerado um país pobre, o problema certamente estar na concentração da renda, foi necessário, portanto, desvendar os acontecimentos históricos e culturais para melhor entender a situação de vulnerabilidade em que vivem milhões de pessoas, como também os programas que foram implantados para tentar reverter essa situação de desigualdades econômicas e sociais.

Diante do que foi proposto sobre o objeto de estudo pode - se entender a importância das políticas públicas que visam melhorias na qualidade de vida da população em estado de risco social. A adoção desses programas viabiliza um maior acesso às famílias as condições básicas de sobrevivência, como saúde, educação, entre outros fatores. Verificou – se que no município pesquisado as famílias que fazem parte de programas de transferência de renda estão percebendo as mudanças na sua qualidade de vida, muitos são os que por meio do programa obtiveram condições necessárias de subsistência.

A presença dos indicadores econômicos como o IDH, IDF e IGD, foi essencial no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que os mesmos proporcionaram maior clareza nos aspectos econômicos e sociais das famílias que participam de políticas

assistencialistas no município de Guanambi. O Benefício de Prestação Continuada é um instrumento de total relevância, pois procura assistir as pessoas que não são amparadas pela previdência social e se mostra atuante no ambiente pesquisado, pois busca – se melhorar as situação de pessoas que se mostram incapazes de exercer suas atividades diárias .

Durante a visita nos domicílios e na Secretaria de Assistência Social foram identificados programas de capacitação das pessoas que fazem parte do benefício, o que viabiliza o ingresso no mercado de trabalho. Outro fator preponderante foi às divergências que identificou - se entre a Secretaria de Assistência da cidade de Guanambi e as visitas feitas nos domicílios, o primeiro declarou que as visitas dos agentes comunitários ocorrem constantemente, sendo que as famílias alegaram que ocorre em um processo muito lento, ou seja, são raras as visitas.

Os perfis encontrados demonstraram que a maioria necessita do programa para viver, como também estão satisfeitos com o mesmo, alegaram que o benefício vem ajudando na renda familiar e promovendo a viabilização no ingresso ao mercado de trabalho. Contudo, os impactos foram positivos para todos os participantes do PBF.

Buscar entender as desigualdades sociais e os fatores que os rodeiam é compromisso de toda a sociedade, uma vez que todos são afetados direta ou indiretamente no que diz respeito precariedades em que vivem os grupos em estado de vulnerabilidade. O cumprimento das condicionalidades do programa resulta na maior valorização da educação e da estruturação familiar, condições que ampliam o valor do capital social. Sabe - se que está na educação a base para se construir uma sociedade mais plena de direitos.

É evidente que na nossa realidade atual é cada vez mais nítida a importância de uma educação política voltada para conscientização da população no que diz respeito a escolha dos governantes, infelizmente o Brasil é um país de analfabetos funcionais, isso viabiliza a inserção de governos corruptos que buscam apenas o benefício próprio deixando a população a mercê da pobreza e exclusão. Programas de assistência social muitas vezes são pouco eficientes e poucos fiscalizados em muitos municípios, em muitos casos a pessoas que realmente necessitam não tem acesso aos mesmos.

Por tudo isso é relevante ressaltar que para amenizar a situação de comodidade da população faz - se necessário uma educação política que conscientize as pessoas

dos seus direitos e deveres, como também na escolha de governos idôneos que se preocupe em melhorar ou reduzir as disparidades sociais.

Na elaboração da pesquisa houve dificuldades em especificar os temas, uma vez que o conteúdo apresentou - se amplo e complexo, muitos foram os dados que deixaram de ser expostos devido a esta complexidade e amplitude, buscou - se pesquisar as informações mais relevantes a cerca do objeto de estudo, estando aberta para outros grupos darem continuidade.

8 REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz (1998) **Os Barões da Federação: os governadores e a Redemocratização brasileira**. São Paulo. Hucitec/USP.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de ; CARNEIRO, Leandro Piquet. **Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. Opinião Pública**.

AZEVÊDO, E; **RAÇA Conceito e preconceito**. São Paulo; Ática 1987.

BARROS Ricardo Paes; CARVALHO Mirela e FRANCO Samuel. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 15 dez. 2012.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. **Revista Brasileira de Ciências Sociais. In: Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Vol. 15. Nº. 42. 2000.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1984). **Reforma do Estado para a Cidadania**. São Paulo. Editora 34.

BRESSER, Pereira, Luiz Carlos (1998). **Reforma do Estado para a Cidadania. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo, Editora 34.

BOURDIEU, Pierre. O capital social-notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes p. 67, 1998. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br>

CUNHA, Carla. G. S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Rio Grande do Sul, p. 2, 2006. Disponível em: www.seplag.rs.gov.br. Acesso 15 dez. 2012

DALT, Salete da, BRANDÃO, André; GOUVEIA, Vitor H. **segurança alimentar e nutricional entre os beneficiários do Bolsa Família**.

DELOITTE. **Novos Rumos: Perspectivas da Gestão Pública**, 2007.

DINIZ José Eustáquio; CAVENAGHI Suzana. Déficit Habitacional, **Famílias Conviventes E Condições de moradia**. Disponível em :<http://www.abep.nepo.unicamp.br>.

ELAZAR, Daniel. **Explorando Federalismo**. Alabama. 1987.

FERNANDES. Antonio Sergio Araújo. **Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social**. IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**, São Paulo. Paulus. 2007.

FERREIRA, Eli; OLIVEIRA, Elíbia. **Art. Desigualdade social**. 2011.

FURTADO, Celso (1999), “**O Futuro da Economia**”. Especial p.1 Discurso Editorial/USP/UNESP/UFMG.

FURTADO, C. (1968) **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. R. Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.

GIL, Antonio Carlos; **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed.7. São Paulo: Atlas, 2006.

HORVAH, Junior Miguel. **Direito Previdenciário**. 6. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Cidade. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 15 de dez, 2012.

----- **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais, 2006**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>; Acesso em: 15 de dez, 2012.

----- **Contas regionais do Brasil 2002- 2005**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em: 15 de dezembro de 2012.

Instituto de Geociências Aplicadas - **IGA Mg Mapas**. Minas Gerais, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasília, 2009.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> – acesso 15 de dez. 2012.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília, DF, 2007. Disponível em: www.ipea.gov.br ; acesso em 15 de dez 2012.

Índice Desenvolvimento Familiar. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. **Acesso em 03 de dez. 2012.**

LAVOR, Jacqueline. F; DUTRA, Paula. D.B.P. **A centralidade dos programas de transferência de renda no enfrentamento da pobreza: análise do programa de erradicação do trabalho infantil – PETI no município de São João de Meriti.** p. 12, 2006. Disponível em WWW.docs.google.com. Acesso 03 de jan. 2012

LOPES, N; **O RACISMO explicado aos meus filhos.** Rio de Janeiro; Agir; 2007.

LUTOS, Tania Quilas de. **Pobreza e Exclusão Social. Rio de Janeiro,** ano XXXVII, 2001, p. 99 a 114.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social. Didática,** São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MDS Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, DF, 2008.

MDS. Políticas de Assistência Social, Brasília, DF, 2011.

MDS. Sistema Único de Assistência Social. SÃO PAULO, SP, 2012.

----- **Manual de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família.** Brasília, DF, 2006.

----- **Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família.** Brasília, DF, 2006.

----- **Programa Bolsa Família Guia do Gestor.** Brasília, DF, 2006.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social.** *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação.** São Paulo ed. Cortez, 2002.

SEMINÁRIO REGIONAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, 1º. 2008, Juiz de Fora.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo, Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1995.

NETO, P. E O.S. Disponível em: <http://www.sedes.ba.gov.br>. Acesso em 23 nov de 2012.

Novos rumos Perspectivas para a gestão pública .Disponível em <http://www.deloitte.com>. Acesso em 03 dez 2012.

SEMINÁRIO REGIONAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, 1º. 2008, Juiz de Fora.

SOUZA, I. S, MOTTA, F. P. C, FONSECA, D; **Estudos sociológicos e antropológicos.** São Paulo; 2002.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda de Cidadania: a saída é pela porta/* Eduardo Matarazzo Suplicy. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *Renda Mínima e reestruturação produtiva.* Editora Cortez. São Paulo, 1997.

SOARES, L. Tavares . **Desigualdades Sociais na América Latina; as marcas do retrocesso neoliberal e o debate das alternativas.** *Nuevamerica*, Rio de Janeiro, v. 98, p. 24-31, 2003.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas.* Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, Workshop sobre Políticas Públicas e Avaliação, 2007.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, p. 40, 1993.
Disponível em <http://www.unifae.br>

SILVA, Anderson P. BRANDÃO, André e DA DALT, Salete. **“Educação e pobreza: o impacto das Condicionalidades do programa bolsa família”**. *Revista contemporânea de educação*. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 4, n. 8 - agosto/dezembro 2009

RAMOS, Fernanda Mendonça. Amparo Assistencial ao Idoso e Deficiente (2010) Disponível em:
http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/n203500.pdf. Acesso em 12.12.2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

VAITSMAN J, Andrade GRB. **Satisfação e responsividade: formas de medir a qualidade e a humanização da assistência à saúde**. *Cien Saude Colet* 2006.

VESENTINI, J. W. **O ensino da geografia no século XXI**. Belo Horizonte, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005

ANEXO – Entrevista das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no município de Guanambi/BA.

PERGUNTAS		SIM	NÃO				
CONDIÇÃO DE HABITAÇÃO							
1	Sua situação atual ?			Empregado	Desempregado	Faz Bico	Outro
2	Quantas famílias possuem em sua casa?			1	2 a 3	4 a 5	Mais de 5
3	Alguém da família recebe o Benefício de Prestação Continuada?			Quantos?	1 a 3	3a 4	Mais de 4
4	Possui alguém com deficiência em casa ?			Quantos?	1 a 3	3a 4	Mais de 4
5	A instalação sanitária é:			Ausente	Coletiva	Própria	
6	Esgoto Domiciliar:			Rede Pública	Fossa	Céu aberto	Outro
7	Abastecimento de água			Rede Pública	Poço	Torneira Coletiva	Outro
8	Energia Elétrica			Relógio Próprio	provisada(gato	Sem enérgia	Outro
9	Coleta de Lixo			(Caçamba)	Terreno baldio	Queimado	Outro
10	Sua casa possui banheiro ?						
11	Quantos quartos possui ?			1	2 a 3	4 a 5	Mais de 5
12	Sua casa é cosntruida com qual material ?			Alvenaria	Madeira	Amianto (Barro)	Outro
Acesso ao trabalho e conhecimento							
13	Algun membro participa de curso de geração renda promovido pelo Programa ?						
14	Este curso lhe deu oportunidade de trabalho ?						
15	Dos moradores da sua casa quantos trabalham?			1 a 2	2 a 3	4 a 5	Mais de 5
16	E destes que trabalham quantos são menores ?			1 a 2	2 a 3	4 a 5	Nenhum
17	E quantos estão desempregados ?			1	2 a 3	4 a 5	Mais de 5
18	O que vocês utilizam para comprar roupas e alimentos?			Fiado	Crédito	Dinheiro	Outro
19	Seus principais gastos são com:			Luz / Água	Alimentos	Escola	Outro
20	Como você avalia sua situação financeira depois de fazer parte do programa ?			Boa	Ruim	Razoavel	Outro
21	Precisa de alguma doação para se alimentar ?						
Desenvolvimento infantil e disponibilidade de recurso							
22	Com frequencia recebe visita de agentes de saúde em sua casa?			Mensalmente	Até 3 meses	Até 6 meses	Outro
23	Quantas vezes foi ao médico esse ano ?			1 a 2	2 a 3	4 a 5	Mais de 5
24	Ficou Hospitalizado ?			1 a 2	2 a 3	4 a 5	Mais de 5
25	Deixou de trabalhar por estar doente ?						
26	Você frequenta o posto de saude?						
27	Possui dificuldade no atendimento ?						
28	Tem crianças em casa ?			Quantas ?	1 a 3	3a 4	Mais de 4
29	Qual a idade ?			1 a 3 anos	3 a 6	6 a 9	Mais de 9
30	O cartão de vacinação estão em dias?						
31	Estão frequentando a escola ?						
32	Participam de Programa de Erradicação do trabalho infantil ?						
Informações Adicionais							
33	Você está satisfeito com o Programa ?						
34	Você acha que sua vida melhorou ?						
35	Indicaria alguém para fazer parte deste programa ?						

APENDICE A - Questionário do Programa Bolsa Família do Município de Guanambi - BA aplicado na Ação Social, órgão responsável pela gestão do Programa Bolsa Família.

- 1) A Secretaria possui dados atualizados de todos os beneficiários do PBF?
- 2) Quantas famílias estão recebendo o benefício atualmente?
- 3) Quantas estão cadastradas no CadÚnico, esperando entrar no programa?
- 4) Como acontece o acompanhamento das condicionalidades? Há integração entre Secretarias na gestão destes dados?
- 5) Qual o percentual de famílias que estão com os benefícios bloqueados ou suspensos, por não cumprirem as condicionalidades?
- 6) A Secretaria possui dados da frequência escolar/evasão antes do programa? E atualmente?
- 7) Qual a periodicidade que estes dados são atualizados no sistema? É possível disponibilizar os dados existentes para esta pesquisa?
- 8) Qual o valor médio dos benefícios?
- 9) A Secretaria possui dados referentes à renda média das famílias antes de ingressarem no PBF?
- 10) Existem cursos de capacitação para os beneficiários do PBF, oferecidos pela Prefeitura? Se sim, os beneficiários estão participando destes cursos?

11) A Secretaria possui dados sobre o retorno de beneficiários ao mercado de trabalho?

12) A Secretaria possui dados sobre o número médio de crianças por família antes do programa?

13) E atualmente? Existe alguma questão ou questões que a(o) senhor(a) gostaria de acrescentar sobre a gestão do PBF em Pombal, que não tenha sido perguntada nesta entrevista? Se sim, gostaria de colocar agora?

(*) Instrumento adaptado do questionário validado por Brasileiro (2011).